



**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E TREZE.**

----- No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

-----A Sessão teve início às catorze e trinta e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (justificada), António de Almeida de Jesus Lopes, Fernando Martins Machado (justificada), José Ernesto Pereira da Silva (justificada) e Tiago André de Andrade Coelho Pinhel. -----
E para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito: -----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:**-----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

- O Senhor deputado Marco Alexandre Ferreira Rodrigues, informou via email que por motivo profissional não pode estar presente na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012, solicitando a suspensão de mandato pelo período de um mês.-----

- A Senhora deputada Daniela Filipa Cardoso Pereira, informou via email que por motivo profissional não pode estar presente na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012, solicitando a suspensão de mandato pelo período de um mês.-----

- A Assembleia Municipal de Viseu recebeu de várias entidades postais de Boas Festas.-----

- O Senhor deputado António José Santos Alves Lage Oliveira, informou via email que por motivo profissional não pode estar presente na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2012.-----

- A Assembleia Distrital de Viseu remete convocatória para a sessão ordinária de dezembro.-----

- A Escola Profissional de Torredeita envia um exemplar da Revista “Evoluir Aprendendo”, edição 22.-----

- O Teatro Viriato remete programação da temporada de Janeiro a Março de 2013.—

- O Senhor Deputado do Parlamento Europeu Dr. António Correia de Campos, remete regulamento do Prémio Escolar “Viseu na Europa”.-----

- O Instituto Superior de Línguas e Administração – ISLA Leiria, agradece a presença nas reuniões do Conselho, no triénio 2009-2012.-----

- O Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, remete resposta ao nosso escritório referente aos Salários em atraso na Fulgurauto, Viseu”.-----

- A Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo remete via email, solicita o preenchimento de um questionário, referente “ pós 25 de abril”.-----

- O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português remete via email um convite para dia 26 de fevereiro para uma Audiência Pública sobre a privatização do setor de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos.-----

- A Assembleia Municipal de Alter do Chão remete via email uma proposta pela



- manutenção das mercearias e Tabernas/ tascas”.
- A TVI – Relações Pública, acusa a receção do nosso email referente à sessão da Assembleia Municipal de fevereiro e informo que foi remetido para o Departamento de Agenda da Direção de Informação.
 - A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, solicita a substituição da Senhora Deputada Sofia Pires, em virtude de ter ultrapassado as faltas sem justificação prevista no regulamento.
 - A Senhora deputada Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, informou via E-Mail que por motivo profissional não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, solicitando a suspensão de mandato pelo período de um mês.
 - O Senhor deputado José dos Santos Costa, informou via email que por motivo profissional não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, solicitando a suspensão de mandato até 31 de março.
-
- O Senhor deputado Carlos Vieira e Castro, informou via email que não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, solicitando a suspensão de mandato até 25 de março.
 - O Senhor deputado Marco Daniel Nicola Veríssimo, informou via email que não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, solicitando a sua substituição.
 - A Senhora deputada Helena Maria Vala Correia, informou via email que por motivo profissional não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, solicitando a suspensão de mandato até 8 de março.
 - O Senhor deputado António Correia de Campos, informou via email que por motivo profissional não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, solicitando a suspensão de mandato pelo período de um mês.
 - A Câmara Municipal de Viseu, remete via email, o email que lhe foi remetido pela Assembleia Municipal de Mirandela, a dar conhecimento do II Seminário das Assembleias Municipais a realizar dia 6 de abril de 2013.
 - A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens remete via email o relatório Anual relativo o ano de 2012.
 - O Senhor deputado José Pedro Gomes, informou via -email que por motivo profissional não pode estar presente na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, solicitando a sua substituição.
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.
 - Foi remetido ofício ao Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos, a comunicar que faz parte do Grupo Parlamentar Socialista, na Sessão Ordinária de 21 de dezembro, em virtude do Senhor Deputado Marco Alexandre Ferreira Rodrigues ter solicitado substituição.
 - Foi remetido ofício ao Senhor Deputado António de Almeida de Jesus Lopes, a comunicar que faz parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrático, em virtude da Senhora Deputada Daniela Filipa Cardoso Pereiras ter solicitado a substituição na Sessão Ordinária de 21 de dezembro.
 - Foi remetido via mail aos líderes dos grupos municipais o convite do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português para uma Audiência Pública sobre a privatização do setor de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos, a realizar dia 26 de fevereiro.
 - Foi remetido, via oficiosa, Certidões e Deliberações em minuta, tomadas em Sessão Ordinária realizada no dia 218 de dezembro último ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu.



- Foi remetido ofício e o Edital para publicitação ao Diário de Viseu e Jornal da Beira, referente à Sessão Ordinária de 21 de dezembro.-----
- Foi remetido ofício ao Partido Socialista, a comunicar que o Senhor Deputado Marco Alexandre Ferreira Rodrigues, foi substituído pelo Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos na Sessão de 21 de dezembro.-----
- Foi remetido ofício ao Partido Social Democrático, a comunicar que a Senhora Deputada Daniela Filipa Cardoso Pereira, foi substituído pelo Senhor Deputado António José Coelho Lopes na Sessão de 21 de dezembro.-----
- Foi remetida cópia do requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, à Câmara Municipal de Viseu.-----
- Remetido via mail a substituição da Senhora Deputada Sofia Pires pela Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-
- Dado conhecimento via mail à Senhora Deputada Sofia Pires que foi substituída na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----
- Dado conhecimento via mail à Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia que passará a integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----
- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, o Edital da Sessão desta Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia 28 de fevereiro de 2013, para afixação na sede das mesmas, bem como aos partidos políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário para publicação.-----
- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respetivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia 28 de fevereiro de 2013. Igualmente foi remetido o restante expediente via mail e a respetiva password.-----
- Foi enviado ofício a convocar o Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos para a Sessão desta AMV de 28/02/2013, em virtude de a Senhora Deputada Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês.-----
- Foi remetido ofício ao Partido Socialista, a comunicar que a Senhora Deputada Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, pediu a suspensão do mandato pelo período de 1 mês, sendo substituída pelo Senhor Deputado Alexandre João Oliveira G. dos Santos.-----
- Foi remetido ofício ao Partido Social Democrata, a comunicar que o Senhor Deputado José dos Santos Costa, pediu a suspensão do mandato até 31 de março, sendo substituída pelo Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias.-----
- Foi enviado ofício a convocar o Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias para a Sessão desta AMV de 28/02/2013, em virtude de o Senhor Deputado José dos Santos Costa, ter solicitado a suspensão do mandato até 31 de março.-----
- Foi enviado ofício a convocar o Senhor Deputado Marco Daniel Nicola Veríssimo para a Sessão desta AMV de 28/02/2013, em virtude de o Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, ter solicitado a suspensão do mandato até 25 de março.-----
- Foi remetido ofício ao Bloco de Esquerda, a comunicar que o Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, pediu a suspensão do mandato até 25 de março, sendo substituída pelo Senhor Deputado Marco Daniel Veríssimo.-----
- Foi remetido ofício ao Bloco de Esquerda, a comunicar que o Senhor Deputado Marco Daniel Veríssimo, pediu a sua substituição, sendo substituída pela Senhora Deputada Manuela Maria Coelho Antunes.-----
- Foi enviado ofício a convocar a Senhora Deputada Manuela Maria Coelho Antunes para a Sessão desta AMV de 28/02/2013, em virtude de o Senhor Deputado Marco Daniel Nicola Veríssimo, ter solicitado a sua substituição.-----
- Foi remetido ofício ao Partido Social Democrata, a comunicar que a Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia pediu a suspensão do mandato até 8 de março, sendo substituída pelo Senhor Deputado António José Coelho Lopes.-----



- Foi enviado ofício a convocar ao Senhor Deputado António José Coelho Lopes para a Sessão desta AMV de 28/02/2013, em virtude de a Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia, ter solicitado a suspensão do mandato até 8 de março.-----
 - Foi remetido ofício ao Partido Socialista, a comunicar que o Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos, pediu a suspensão do mandato pelo período de 1 mês, sendo substituída pelo Senhor Deputado José Pedro Esteves Gomes.-----
 - Foi enviado ofício a convocar o Senhor José Pedro Esteves Gomes para a Sessão desta AMV de 28/02/13, em virtude de o Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos, ter solicitado a suspensão do mandato pelo período de um mês.-----
 - Foi remetido ofício ao Partido Socialista, a comunicar que o Senhor Deputado José Pedro Gomes, pediu a sua substituição, sendo substituída pela Senhora Deputada Marta Alexandra Correia da Costa.-----
 - Foi enviado ofício a convocar a Senhora Deputada Marta Alexandra Correia da Costa para a Sessão desta AMV de 28/02/2013, em virtude de o Senhor Deputado José Pedro Gomes, ter solicitado a sua substituição.-----
- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Muito boa tarde, vamos dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, cumprimento as Senhoras e os Senhores Deputados, também os membros da Imprensa e o Público presente. Antes da Ordem do Dia precisamos de tratar e pedi à Senhora Secretária para assumir a preparação da Assembleia Municipal Infantil e portanto o processo já está em curso, como é habitual todos os anos. Eu vou pedir à Senhora Secretária que faça o ponto da situação sobre o estado da organização da oitava edição da Assembleia Municipal Infantil. Entretanto precisamos também de tratar da Sessão do 25 de abril, que será a última deste mandato e sugeria que fosse numa freguesia rural e ficaria à espera de candidaturas voluntárias de algum dos Senhores Presidentes de Junta, para podermos marcar a próxima Assembleia do 25 de abril. Implica que vamos ter 2 sessões de Assembleias Municipais em 2 dias consecutivos. A do 25 de Abril, só houve uma vez que não comemoramos no vinte e cinco de abril, mas não veio mal nenhum ao mundo por isso e depois teremos a sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 26 de abril que também já está acordada com o Senhor Presidente da Câmara. Queria também falar-vos do seguinte pela primeira vez vai acontecer que eu não irei colocar nem à consideração, nem à votação a ata. A Ata está basicamente pronta, mas houve um lapso humano, dum funcionário que levou a que os serviços da Autarquia estejam a procurar recuperar um pequeno ficheiro que foi apagado por lapso pelo funcionário da Assembleia. Eu achei que não faria sentido estar a trazer uma ata que não estivesse completa, portanto, aquilo que está pronto estará à disposição para consulta por parte dos Senhores Deputados, na próxima sessão da Assembleia Municipal, eu espero que se consiga recuperar o tal ficheiro que foi apagado. Se não for possível, o que se vai procurar, é reconstituir pelo apontamento que se tira das pessoas que intervieram e procurar-se junto das pessoas tentar reconstituir o melhor possível o que foi aqui tratado. Não fiquem muito assustados, não é muito, estamos a falar para aí de duas intervenções, mas de qualquer maneira, não queria deixar aqui de dizer isto. As responsabilidades apuram-se e tratam-se mas, a responsabilidade em última análise é do Presidente da Mesa e da Mesa da Assembleia e não quis deixar de apresentar aqui numa forma transparente, para que não se estranhasse o facto de hoje não irmos aprovar a ata. Portanto era uma explicação que gostava de deixar, a Ata está praticamente toda pronta, mas só irei enviar aos Senhores Deputados quando efetivamente tiver esgotado todas as possibilidades de recuperar os tais ficheiros que foram apagados. Pedia agora à Senhora Secretária que fizesse a apresentação da Assembleia Municipal Infantil. -----
- MESA – SEGUNDA SECRETÁRIA CRISTINA PAULA CUNHA PEREIRA GOMES---**
Boa tarde a todos. Cumprimento aos meus colegas de mesa, ao Senhor Vice-Presidente,



Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Imprensa presente e demais público. Eu venho apenas dar nota da primeira reunião que foi feita para a preparação da Assembleia Municipal Infantil na sua VIII edição. Realizou-se no passado dia um de Fevereiro com os representantes dos agrupamentos e colégios que ainda não confirmaram, mas contamos com a presença deles e a participação deles, bem como também estiveram presentes quer os representantes da Comissão Proteção de Crianças e Jovens em Risco, bem como da Federação Regional das Associações de Pais de Viseu. Nessa primeira reunião preparatória foram definidos, entre outros pontos, o tema, o local de realização, que por regra é neste local, o dia, ajustado ao horário escolar das crianças, por causa dos exames nacionais do quarto ano. Passando a esses pontos, o tema escolhido em consenso com todos os presentes foi "CIDADANIA, A MINHA INTERVENÇÃO NO FUTURO". Subjacente a este facto, está a questão desta Assembleia ser o espaço, a imagem do exercício duma cidadania ativa e no caso concreto, será a participação dos alunos e também o facto do ano de 2013, ser o ano Europeu dos Cidadãos, e cada vez ser também mais importante sensibilizar as nossas crianças, que serão os homens de amanhã, para o conjunto de direitos e deveres que eles estão sujeitos no seu relacionamento com a sociedade em que vivem. O objetivo é também que eles pensem e problematizem o tema, tema esse que é bastante abrangente, que eu e os presentes entendemos que seria o indicado para os pôr a pensar no futuro da nossa região e da nossa cidade, e nesse sentido, fazê-los interessar pelo desenvolvimento da cidade deles, e quando digo cidade, digo região, arriscando, investindo nas ações que eles gostariam de ver implementadas, quer a nível de segurança de emprego e da própria qualidade de vida. O local como já referi é nesta Assembleia, será aqui no Solar dos Peixotos e vai-se realizar no próximo dia vinte e sete de maio. Convido desde já todas as Sras. e Srs. Deputados que queiram estar presentes, será com muito gosto até porque a Assembleia Municipal é muito interessante é muito gira e os miúdos são de facto incríveis e trazem trabalhos e uma participação fantástica. Este ano a organização da sessão da Assembleia irá caber à Assembleia Municipal também e à Câmara Municipal, contando com a participação quer da Comissão de Proteção, quer da Federação Regional das Associações de Pais de Viseu. Estamos a contar com a participação dos Agrupamentos e colégio concretamente as escolas Viseu Norte, Zona Urbana de Viseu, escolas Viseu Sul, escolas do Viso e Colégio Via Sacra. Conforme já se passou nos anos anteriores, cada agrupamento irá apresentar um desenho para fazer um cartaz que irá ser sujeito à apreciação de um júri. Será avaliado por um júri composto por um elemento do serviço de Cultura da Câmara Municipal de Viseu, um elemento do Gabinete Autárquico, um elemento da CPCJ e um elemento da Assembleia Municipal. O desenho vencedor irá ser impresso em t-shirts, que serão oferecidas às crianças, o que é sempre muito engraçado, os miúdos vestem todos no dia as t-shirts com o desenho vencedor. Quer a impressão quer as lembranças que normalmente são oferecidas quer o lanche que também é dado às crianças, todas estas ofertas serão este ano exclusivamente asseguradas pelos serviços da Câmara Municipal de Viseu, a quem desde já agradeço naturalmente. Isto foi o resultado da primeira reunião preparatória, neste momento o Gabinete Autárquico da Câmara está a tratar da elaboração do Regulamento que penso que também estará quase terminado, para enviar às escolas participantes, com toda a logística de como tudo se vai passar e penso que vai correr bem com a colaboração de todos. Obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA- Agradeço à Sr.^a Secretária a apresentação que fez. Era este o local próprio, para que em primeira mão os Srs. Deputados tivessem conhecimento como é que iria decorrer a Assembleia Municipal Infantil. Só sugeria que à semelhança dos anos anteriores se solicitasse a colaboração da Escola Profissional Mariana Seixas para se fazer a transmissão em direto, via Net, para que as escolas possam nesse mesmo dia, acompanhar os trabalhos que decorrem aqui na Assembleia, é uma prática que já teve duas edições, e que valerá a pena repetir, como os miúdos não podem vir todos, ficaram na escola a assistir à participação dos seus colegas e obviamente reiterar o apelo da Sr.^a Secretária à participação não só dos deputados que



por inerência de funções já participam na organização, que são os nossos representantes na Comissão de Proteção de Menores, mas também os Srs. Deputados que queiram estar presentes, será um gosto que isso possa acontecer. Não sei se alguém se quer pronunciar sobre esta matéria, se não houvesse, iríamos então dar início ao período antes da Ordem do Dia. Nós temos onze Srs. Deputados inscritos.-----

Está aqui a dizer-me a Sr.^a Secretária que a Escola Profissional Mariana Seixas, já deu o seu acordo e que irá fazer a transmissão via Internet.-----

Portanto, temos então onze Srs. Deputados inscritos no período antes da Ordem do Dia vou dar a palavra em primeiro lugar à Sr.^a Deputada Sofia Pires. Então hoje começamos com uma Sr.^a Deputada, tem a palavra.-----

-UM - A SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA G. DE CAMPOS SALVADO

PIRES (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Srs. Deputados, Comunicação Social e restante Público. Segundo dados da UMAR, em dezembro de 2012, já tinham sido assassinadas mais nove mulheres do que em 2011, e até final de Novembro registaram-se 36 vítimas mortais e quarenta e nove, foram alvo de tentativa de homicídio. A violência não se centra só nas mulheres mas em todo o agregado familiar levando muitas vezes a que os filhos assistam à violência contra a mãe ou sendo eles próprios também vítimas. Sê-lo-ão sempre, seja de que forma for, estas crianças nunca mais têm infância, nunca mais conseguirão separar-se destas imagens, nunca mais terão possibilidade de crescer em equilíbrio afetivo e emocional, nunca mais serão capazes de brincar. Poderão até mais tarde exorcizar todos os seus “fantasmas” transformando-se também elas em agressores “gritando” desta forma desestruturada, anos e anos de sofrimento que ninguém conseguiu evitar e perpetuando estes ciclos de violência. -----

Em 3 de Agosto de 1999 saiu em Diário da República a Lei nº 107/99 que criou a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência e que foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº323/2000 de 19 de dezembro. Mais tarde, em 2003 saiu uma resolução do Conselho de Ministros nº 88 de 7 de Julho com o Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Este tipo de apoio social tem como objetivos proporcionar às mulheres um alojamento seguro e temporário, e a possibilidade de atingir um equilíbrio físico e emocional, ajudar a promover aptidões pessoais, profissionais e sociais, bem como ajudar as mulheres a tornarem-se progressivamente mais aptas a definir o seu projeto de vida e pugnar para que consigam levá-lo em frente. Sendo de todo meritório este tipo de apoio, não podemos, enquanto mulheres, deixar de sentir a injustiça de sermos nós e os filhos a sair, deixando o agressor muitas vezes impune em relação a todo o sofrimento que criou. --

A Câmara Municipal, tem ao longo de todos estes anos estado muito atenta a todas estas problemáticas sociais dando sempre respostas integradoras e inclusivas e de otimização de recursos. Entre 2006 e 2010 a Câmara envolveu-se na qualidade de entidade promotora, no Projeto “COMVIDA” inserido no Programa para a inclusão Social e Desenvolvimento que tinha como objetivo reduzir fatores que levassem a situações de risco para crianças, jovens e vítimas de violência doméstica. Nesta linha, a ação social do Município estruturase em vários projetos e programas destacando-se de entre eles, o Plano de Apoio a Pessoas e Famílias. Este plano, engloba muitas linhas de ação que vão desde o apoio alimentar, à habitação Social, apoio a pessoas portadoras de deficiência, até ao apoio às vítimas de violência doméstica concretizado através de protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e a Secretaria de Estado da Administração Local e reforma Administrativa. Neste sentido e querendo dar respostas mais eficazes, a Câmara Municipal criou um Abrigo no Centro Histórico para vítimas de Violência Doméstica que vem desta forma não só dar uma resposta a estas situações, como também dá vida ao centro histórico e ao mesmo tempo promove a reabilitação habitacional. De salientar, que ao estarmos a dar a conhecer este Abrigo, não pomos em causa a função a que se destina que é proteger as vítimas. As mulheres que vierem para Viseu encaminhadas pelos serviços a que recorrem



serão sempre vítimas noutros concelhos ou Distritos, por lei, é sempre salvaguardada uma distância geográfica em função da localização do agressor, bem como o anonimato de todas estas situações concretas. Todo este esforço, todo este investimento na área social tem sido marcante na atuação da nossa Câmara, não podemos deixar de louvar e enaltecer e ainda mais, como mulher, esta atenção, esta preocupação, esta dedicação e empenhamento a situações dramáticas que alteram sempre VIDAS! -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal.-----

-DOIS - O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL M. M. ALBUQUERQUE (PS): Senhor Presidente, Exma. Mesa, Sr. Vice-Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes da Junta, Exmo. Público, Comunicação Social. O Parque Desportivo do Fontelo, é hoje uma zona privilegiada para a prática de atividades físicas, lazer e competição. A sua centralidade em relação à cidade, os seus acessos a sua diversidade de instalações e espaços desportivos tornam-no num complexo desportivo de elevada procura pelos Viseenses. Está dotado de uma pista de atletismo dum complexo de piscinas, dum pavilhão desportivo, circuitos de manutenção, entre vários campos de futebol de 11 e 7, relvados e sintéticos, de futebol de praia, de voleibol de praia, de desporto adaptado, de um Skate parque, de parques de campos de ténis e de salas de desporto. É pois um local visitado diariamente por muitos dos nossos concidadãos para a prática desportiva. Como é do conhecimento de todos e ao fim de largos de promessas, a Câmara Municipal de Viseu avançou com a requalificação do Pavilhão Desportivo do Fontelo, obra há muito ansiada pelos Viseenses. Será pois já na próxima semana que arrancarão as obras deste novo equipamento. Sr. Presidente, neste caso Sr. Vice-presidente, o que me traz aqui hoje é a preocupação do Judo Clube de Viseu, dos praticantes desta modalidade, dos atletas e dos seus pais. O Judo Clube de Viseu, uma instituição fundada em 1970, tem desde 1987 o seu pavilhão em funcionamento com uma sala de 15 x 15, conforme informação do site da C. M. Viseu e que fica anexo ao Pavilhão do Fontelo. Ora, como o Pavilhão do Fontelo vai entrar em obras houve a necessidade de se procurar uma alternativa para a prática das suas atividades. Mas o desassossego apoderou-se das pessoas quando o Sr. Vereador do Desporto referiu em reunião com o Judo Clube de Viseu de que não havia garantias de espaço para a prática do Judo, na nova Estrutura do Pavilhão do Fontelo. Relembro todos os presentes que estamos a falar numa modalidade que tem dado à cidade e ao concelho inúmeros campeões com resultados regionais e nacionais de referência. Aliás ainda no último campeonato nacional de cadetes realizado em onze de Fevereiro em Odivelas, três atletas de Viseu ficaram nos cinco primeiros classificados nas diferentes categorias, tendo sido posteriormente chamados à Seleção Nacional. Pergunto? Que outra atividade desportiva federada em Viseu, tem estes resultados. Depois de analisarmos em concreto a planta de requalificação do Pavilhão do Fontelo, verificamos que o espaço para a prática do Judo está de facto lá, não tem é as medidas mínimas oficiais, 12m x 15m, pois está contemplado apenas no projeto ter 11,97m x 12,5m. Sr. Presidente ao que se sabe na parte traseira do futuro Pavilhão ficará um espaço aberto sem qualquer utilidade. A proposta do Judo Clube de Viseu seria avançar os balneários 3m para definitivamente este assunto deixasse de inquietar os responsáveis pela modalidade. Estamos certos que o Sr. Presidente atenderá as solicitações destes Viseenses e que a modalidade poderá continuar a desenvolver o seu trabalho, contribuindo para o progresso da nossa terra, a bem de Viseu e dos Viseenses. Tenho dito.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado António Vicente de Figueiredo. -----

-TRÊS - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público em Geral. Regresso hoje ao centro histórico da cidade de Viseu, para falar de mais um edifício



que foi recuperado pela Câmara Municipal, no sentido de ser mais um espaço público que vai integrar a Rede Museológica do Concelho. Estou a falar da Casa do Miradouro que foi objeto de requalificação e foi reaberta ao público no dia catorze do passado mês de janeiro. Pergunto qual a importância deste edifício para esta rede museológica que tem vindo a ser enriquecida nestes últimos tempos com mais edifícios que têm sido recuperados. Há vários motivos que justificam e que de certa forma dão razão, para que se invista neste tipo de imóveis. No caso da requalificação da Casa do Miradouro, desde já porque estamos a falar dum edifício que é dos mais importantes e mais significativos duma determinada época do Concelho de Viseu, um edifício de Arquitetura Seiscentista, que foi mandado construir por Fernão Ortiz de Vilhegas, sobrinho de D. Diogo, Bispo de Viseu que construiu a “Abóbada dos Nós” na Sé de Viseu e que ao construir este edifício deu-lhe uma traça que ainda hoje se mantém. A traça primitiva lá está bem visível, apesar de depois ter sofrido algumas transformações no período Barroco, o interior logicamente com os tempos foi sofrendo alterações até porque teve várias intervenções e temos ali um imóvel de grandeza superior na arquitetura civil que tem agora novas funções e este é também o motivo de interesse para o Concelho. As funções que hoje ali se desenvolvem são desde já a Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu e depois a coleção do Dr. José Coelho que durante muito tempo, e nós sabemos perfeitamente as críticas que se faziam porque a coleção do Dr. José Coelho estava por ali de certa forma abandonada, mas que agora criou nova vida, com a maior visibilidade que lhe foi dada. Por outro lado também é motivo de regozijo porque, como há pouco referi a Rede Municipal de Museus fica mais rica, e aqui devia-se salientar o esforço da Câmara Municipal na requalificação dos Núcleos Museológicos do nosso Concelho. Núcleos Museológicos que não são apenas recuperados, mas que tem havido a preocupação de dinamizar aqueles espaços para que não sejam espaços mortos, como eram considerados antigamente os museus. Assim, no Museu do Quartzo, por exemplo, em termos de dinamização, podemos salientar aqui as visitas guiadas, a criação da peça do museu, que é uma peça de mês que está em lugar de destaque, os ateliers de ação educativa e muitas outras iniciativas que têm levado o público ao Museu do Quartzo. Também o Museu Etnográfico de Calde com a reposição das tradições rurais, nomeadamente aquelas que se associam à Casa da Lavoura, uma vez que estamos a falar de uma Casa de Lavoura, os cursos de artesanato, também o envolvimento das pessoas através da transformação dos espaços físicos em lugares acessíveis ao público, locais que são vivos e abertos a todos. Neste contexto, permita-me deixar apenas algumas sugestões ao Executivo, no sentido de esta dinamização que está a ser feita quer no Museu do Quartzo, quer no Museu Etnográfico de Calde, seja também feita nos restantes núcleos museológicos da rede municipal de museus, nomeadamente na Casa do Miradouro, ou seja, dinamizando ateliers e relativamente à ação pedagógica, levando as crianças das escolas, porque às vezes as escolas estão afastadas deste trabalho, a interpretar, a saber ler a exposição que está nas obras do Dr. José Coelho. Deixava também uma sugestão, havendo tantos percursos pedestres nos meios rurais, por que não criar, para os turistas, para os residentes em Viseu, criar percursos urbanos, e aproveitando agora a Casa do estilo Manuelino, porque não criar a Rota do Manuelino e depois porque temos também edifícios civis e religiosos do período Barroco, porque não criar a Rota do Barroco, e também porque não criar a Rota de sistemas de defesa, levando as pessoas a visitar o Castro de Santa Luzia, o antigo troço das muralhas, etc. etc. Neste contexto e para terminar a apreciação da Casa do Miradouro, deixava aqui o apreço pelo trabalho desenvolvido por todos os funcionários que colaboram com o Município na divulgação e na defesa e na apresentação de iniciativas dos núcleos museológicos da Rede de Museus. Nesta onda dinamizadora de cultura do Município, damos agora o salto para um outro evento que está a ser preparado pelo Município de Viseu, que tem a ver com as Comemorações dos Quinhentos anos do Foral D. Manuel de Viseu. Uma nota muito breve relativamente a isto, primeiro para vos dizer que o Foral de D. Manuel é evidente que não é o primeiro Foral, o primeiro documento que concede condições de Concelho a Viseu já



vem de Dona Teresa, que depois foi acrescentado e melhorado por D. Afonso Henriques. D. Sancho filho de D. Afonso Henriques transforma-o, melhorou também o documento de seu pai, e outras alterações também sofreram, sofreu o Foral no tempo de D. Afonso II em 1217, até chegarmos depois a 1513 e numa reforma administrativa de D. Manuel, o Foral de Viseu passa a ter outros privilégios, nomeadamente o privilégio que é considerado importante e que diz isto pelo dito Foral, diz que o Foral mantém os padrões dos Forais novos de D. Manuel, à exceção do título quinto que diz que a cidade de Viseu, nunca seria dada a pessoa alguma em senhoria e isto era na altura considerado um privilégio muito importante. Relativamente à importância destas comemorações dos Quinhentos anos do Foral de D. Manuel, também dizer-vos que o Foral era a base do estabelecimento do Município e por isso mesmo é o documento mais importante quer para uma vila quer para uma cidade, dizer também que as primeiras cartas de Foral eram praticamente contratos agrários e que tinham mais em vista o povoamento do território, são cartas de privilégio que eram concedidas pelo Rei e que podiam ser também concedidas por um senhor que tanto podia ser um eclesiástico como um leigo e dizer-vos finalmente que a Câmara de Viseu faz muito bem na minha perspectiva em comemorar estas datas históricas, primeiro porque nós através do passado, podemos prespetivar o futuro e podemos compreender melhor o presente, depois também por outro lado, porque o conjunto de iniciativas que estão programadas, se forem seguidas de acordo com a informação que eu e provavelmente os senhores têm recebido no correio eletrónico, há um conjunto de iniciativas que passam pela música, passam pelas tradições onde se incluem as marchas de Viseu, todo este conjunto de iniciativas, prespetivam uma dinamização cultural do concelho, comemorando de uma forma correta um documento que foi e é importante para o Município de Viseu. Obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Santos-----

-QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA G. DOS SANTOS (PS): Antes de mais desejar uma boa tarde a todos os presentes cumprimentar a distinta Mesa na pessoa do seu Presidente e dos seus Secretários, cumprimentar o Excelentíssimo Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Srs. Deputados, Público presente Imprensa também aqui hoje presente. Eu antes de ir de facto aquilo que me trouxe aqui hoje, que é uma moção, queria aproveitar, para pedir publicamente as minhas desculpas ao Sr. Presidente da Câmara, por de facto na última Assembleia Municipal, acabei por ter uma urgência que me obrigou a ausentar e infelizmente depois já não pude assistir à intervenção do Sr. Presidente de Câmara, relativamente às questões que lhe coloquei, e portanto por esse facto, e por ser de facto uma situação que não costuma pautar a minha conduta, e acho que também pela consideração e respeito que me merece, achei que lhe devia pedir estas desculpas por não ter podido ficar para o seu esclarecimento e queria deixar isto aqui assinalado. Depois a questão que me traz aqui hoje é uma moção relacionada com a questão da Auto Estrada Coimbra Viseu, no fundo esta moção visa a resposta por parte do Sr. Ministro da Economia de duas questões muito simples e deixo também aqui dois apontamentos para esta moção que tive o cuidado de fazer. Tive o cuidado de fazer uma moção curta sem grandes preâmbulos e de não andar aqui também a fazer um bocadinho, aquilo que se faz por vezes nestas situações, o jogo do empurra, que de facto não é isso que as pessoas querem, as pessoas estão fartas do jogo do empurra, do descartar de responsabilidades e portanto, esta moção cinge-se só mesmo ao esclarecimento cabal da atual situação da auto- estrada, se está a andar, se não está a andar, portanto para ficarmos esclarecidos. Portanto vou passar a ler a moção. *“A autoestrada Viseu Coimbra é desde há muito o anseio da Região Centro, mas muito mais do que um anseio, é uma necessidade crítica, não só para a região mas também para o País. Esta via é fundamental para alavancar o nosso território, do ponto de vista social e económico. Os elevados fluxos do Itinerário Principal três (IP3) há muito que justificam a construção de uma alternativa que dê resposta às necessidades das populações e dos agentes*



económicos nacionais e internacionais que utilizam o atual IP3, acresce ainda frisar os constantes condicionamentos e estrangulamentos da via e elevada sinistralidade da atual via de ligação, que tem colhido dezenas de vidas humanas e destruído famílias por todo o país. Em 2011, consciente de todas as dificuldades económicas, o Ministro Álvaro dos Santos Pereira veio pessoalmente a Viseu, reunir com os Autarcas Social-democratas e afirmar que a autoestrada Viseu Coimbra é uma prioridade para o atual governo e que logo que possível o governo iria desenvolver todos os procedimentos para o lançamento do concurso de conceção, construção e exploração deste troço, através de uma parceria público privada. Assim, vem à Assembleia Municipal de Viseu, reunida no dia 28 de fevereiro de 2013 colocar as seguintes questões a sua Excelência, Sr. Ministro da Economia e do Emprego, Dr. Álvaro dos Santos Pereira: 1. Quais as iniciativas já desenvolvidas pelo governo tendo em vista a concretização deste projeto? 2. Quais os prazos de execução previstos para as diversas etapas de desenvolvimento e concretização do projeto auto estrada de Viseu Coimbra? Viseu, 28 de fevereiro de 2013”.

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado, a moção está entregue na Mesa e está em discussão. Senhor Deputado Manuel Teodósio tem a palavra.

-CINCO - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caros colegas Membros da Assembleia Municipal. Relativamente a esta moção, efetivamente é uma moção que estou convencido que ninguém vai discordar, vai no seguimento de muitas moções já aqui feitas, agora não podemos é passar uma esponja ou um pano, sobre o que aconteceu até aqui, parece que esta questão da auto-estrada surgiu só há um ano e meio, dois anos para cá, parece que é a primeira vez que estamos a falar e é bom que fique claro que as coisas não são assim, todos nós aqui sabemos que houve várias cerimónias onde se abriram garrafas de champanhe, há uns anos atrás no lançamento da autoestrada para Coimbra, portanto mais importante se calhar é pôr a pergunta, porque é que se fizeram estas festas todas e não se fez a auto estrada, também é do domínio público, que no seguimento dessas festas e de outras festas que houve o País caiu na banca rota e as pessoas fizeram as festas tiveram necessidade, no último minuto do timing de pedir uma ajuda internacional porque toda a gente tinha noção que dentro de um dois meses não havia dinheiro no País para pagar pensões, nem a funcionários públicos nem muitos outros serviços e que devido a essa intervenção externa a que se deu o nome de Troika, esses mesmos das festas assinaram compromissos rígidos dos quais o País ainda não se libertou e dos quais todos nós uns mais outros menos, mas todos de uma forma bem significativa, estamos diariamente a contribuir para pagar essas festas e aquelas festas que foram encomendadas por antecipação para serem feitas no futuro, porque ainda é dívida que temos que pagar daqui para a frente. Portanto é assim, nós não temos nenhum problema em votar favoravelmente esta moção, não vamos aqui criar nenhum “fait divers”, não podemos é deixar de registar aqui de uma forma bem clara, o contexto em que surge. Quer dizer, parece que as pessoas não têm responsabilidade nenhuma, quando qualquer um se apercebe, que a grande responsabilidade para a autoestrada não estar construída é dos governos do Partido Socialista, porque isso é uma coisa que é claro, ninguém tem dúvidas nesta sala. Agora há uma coisa que a gente não permite, é o branqueamento das coisas, portanto da nossa parte a moção será votada favoravelmente, é no seguimento de muitas outras que já foram aqui votadas, sabe-se qual é a posição do governo, que já a disse claramente e em termos de PSD local, também já dissemos, que quando houver capacidade financeira do País, para se poder deitar mãos a obras pública, entendemos que esta ligação a Coimbra terá de ser uma prioridade Nacional. Também ficou perfeitamente claro, não sei aonde é que há dúvidas, a não ser por estarmos a aproximar rapidamente de um processo eleitoral autárquico, mas todos nós percebemos isso. Muito Obrigado.

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado.



Algum dos senhores Deputados pretendem pronunciar-se sobre esta moção? Senhor Deputado tem a palavra, Deixe-me só ver se há mais alguém que queira, porque para lhe dar a palavra obviamente, depois para responder. Mais ninguém se quer pronunciar sobre a moção? Então o Sr. Deputado tem a palavra para responder.-----

-SEIS - SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA G. DOS SANTOS

(PS): Vou dispensar os cumprimentos que já apresentei. De facto Sr. Deputado, eu quando vim aqui tive o cuidado de dizer, para não entrarmos aqui neste jogo do empurra, a culpa é nossa, a culpa é vossa, porque de facto é uma política que está desgastada e só ainda vai resultando em democracias com pouca maturidade, porque de facto as pessoas cada vez mais esclarecidas, cada vez têm menos paciência para estes jogos de empurra para ti, empurra para mim. Portanto, eu tive o cuidado de nem sequer exigir a autoestrada na moção, eu não estou a exigir nenhuma autoestrada na moção o que eu estou a dizer é, por favor digam-nos, já que disseram que é uma prioridade, em que ponto é que estamos, o que é que já foi feito, o que é que não foi feito, qual é a situação atual, não estou exigir absolutamente nada, porque eu também poderia vir aqui demagogicamente dizer que na altura em que foi lançado o concurso, o PSD exigiu uma comissão que parou todos os trabalhos que estavam a ser desenvolvidos para a construção da autoestrada, é a coisa mais fácil que existe, é vir aqui dizer estas coisas, mas acho que isto não é produtivo e ninguém sai a ganhar com isto, andamos aqui a empurrar uns para os outros e produtividade zero e não é isso que as pessoas querem. Obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Vou

então pôr a moção à votação, lembrando que aquilo que se está a votar é os dois pontos: Assim, vem à Assembleia Municipal de Viseu, reunida no dia 28 de fevereiro de 2013 colocar as seguintes questões a sua Excelência, Sr. Ministro da Economia.-----

1. Quais as iniciativas já desenvolvidas pelo governo tendo em vista a concretização deste projeto? 2. Quais os prazos de execução previstos para as diversas etapas de desenvolvimento e concretização do projeto auto estrada de Viseu Coimbra? Vou pôr à votação, quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com uma abstenção.* Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Diamantino Santos, Sr. Presidente de Junta de Coração de Jesus, mas já deixem-me só dar uma nota, dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta da Boa Aldeia, sei que faz anos hoje, então parabéns em nome de todos nós. Muitos e bons. Já o fiz entrar em despesas, já estou a ver. Tem a palavra o Sr. Deputado Diamantino Santos.-----

- SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CORAÇÃO DE JESUS SR. DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PSD): Muito boa tarde a todos, Sr.

Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Cara e Caros secretários da mesma Mesa, Sr. Presidente do Município, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Ilustres Deputados minhas Senhoras e meus Senhores e Comunicação Social. Permitam-me enquanto Autarca de Freguesia de alguma forma felicitar o Município da nossa Cidade, do nosso Concelho, pelo trabalho, pela intervenção que estão a fazer no Bairro Municipal. Enquanto responsáveis também por aquele território, ficamos extremamente satisfeitos e contentes pela construção do Bloco B, corresponde à primeira fase dum projeto mais amplo e que visa realojar todas aquelas famílias que neste momento vivem, já o aqui disse mais do que uma vez, em condições que não são adequadas aos tempos que hoje correm. Louvamos a iniciativa Municipal porque percebeu perfeitamente que aquele Bairro não tem nenhuma condição de habitabilidade e neste momento está a querer de alguma forma ajudar aquelas populações, aquela vasta população de pessoas idosas, diferenciadas em termos de condições sociais, a terem a habitação que merecem. Merece-me também relevância esta questão que eu acho que é fundamental e que é a prova que de facto o Município, o nosso Município e a sua Administração, liderada pelo Dr. Fernando Ruas, tem sabido gerir os nossos dinheiros, tem sabido estar atento, têm sabido ser rigorosos e avançaram para a construção deste edifício com recurso a capitais da Autarquia sem nenhum empréstimo e vamos ter, espera-se bem, lá mais para o final deste verão o edifício em condições de poder ser entregue àquelas famílias. É para nós de facto uma boa notícia,



ficamos satisfeitos, consideramos inclusive que o edifício vai ter todas as condições de uma habitação condigna, desde as acessibilidades, às condições de segurança, higiene, salubridade, ao conforto, relevamos os aquecimentos centrais, os painéis de energia solar para aquecimento das águas residuais, ficamos de facto extremamente contentes com todo o trabalho que está a ser feito e não podemos de deixar de facto de referir também e já que o património histórico e a memória, são sempre situações que devem ser preservadas, relevamos também aquela dúzia de pequenas habitações, que eu reporto, não terem de facto qualquer condição para serem habitações, mas mesmo assim o nosso Município, a nossa Administração Municipal, vai guardá-las para memória futura. Uma delas é já hoje um exemplo da sua correta utilização, está lá sedado nesta altura um projeto da Cáritas, que é o Projeto Escolhas Acertadas, que é de facto uma mais-valia no nosso entendimento e espero que em termos concretos venha a dar resultados, é um projeto de intervenção social, em particular para os jovens de risco, é um projeto realmente em que a Autarquia e a Junta de Freguesia se associaram na tentativa de valorizar socialmente aquele território. Portanto as casa que vão ficar para memória futura serão com certeza úteis para instalação de projetos deste tipo como também para as associações que no futuro queiram de alguma forma estar presentes naquele local. Gostaria também de deixar aqui, porque alguma vez já foi acusada aqui nesta Assembleia a questão especulativa de porventura aqueles terrenos possam estar sujeitos. Eu questiono então, especular será por exemplo, pensar-se no projeto da sede da Cáritas Diocesana poder ir para aquele local? Será especulação isso? Eu acho que é de facto uma boa ideia Sr. Presidente e eu de alguma forma, gostaria de ver naquele território que a Cáritas pudesse ter a sua sede porque que é de facto uma instituição que trabalha territórios desfavorecidos e que tem de facto um trabalho relevante na nossa sociedade civil e que nós particularmente valorizamos. Finalmente um aspeto que acho também muito importante e que também responde aqui de alguma forma, a muitos que aqui vêm e que falam da estratégia, da falta de estratégia, na criação de emprego. Felizmente temos uma empresa local a construir aquele edifício. Isto é de facto uma prova provada da vontade que existe em que as dinâmicas locais, a criação de emprego local, a sustentabilidade da economia local, a que o nosso Município tem mostrado completa atenção a essa questão. Muito Obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus. Agora dou a palavra à Senhora Deputada Manuela Antunes uma estreia, cumprimento-a, penso que é a primeira vez que participa nos trabalhos da Assembleia, cumprimento-a pela sua participação.-----

-OITO – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE) - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Senhoras e Senhores, Senhores Presidentes das Juntas, Comunicação Social e Público em Geral. Termina hoje o prazo de adequação dos estatutos das empresas municipais à Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Diz o art.º 70 n.º1 da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto que as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior, nas quais as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante, assim como as sociedades comerciais participadas já existentes, ficam obrigadas a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente Lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor. Nos termos do n.º2 do art.º70 da referida Lei, as entidades públicas participantes, uma vez decorrido o prazo previsto no número anterior sem que os estatutos das entidades e sociedades, não tenham sido adequados em conformidade com a presente Lei, devem determinar a dissolução das mesmas ou em alternativa alienação integral das participações que nelas detenham. Diz ainda o art.º 19 que são empresas locais, as sociedades constituídas ou participadas nos termos da Lei Comercial nos quais as entidades públicas participantes, possam exercer de forma direta ou indireta uma influência dominante em razão da verificação de os seguintes requisitos:-
Alínea a) Detenção da maioria do capital ou do direito de voto. Alínea b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão de administração ou de



fiscalização. Alínea c) Qualquer outra forma de controlo de gestão. Senhor Presidente, Sr. Presidente da Câmara, caros Deputados e Deputadas. Verifica-se na relação de participações sociais que o Município de Viseu detém uma participação de 51% na Expovis, o que faz dela uma empresa local. A esta Assembleia não chegou a notícia da adaptação dos estatutos da Expovis à Lei nº 50, pelo que Sr. Presidente se pergunta, está a Câmara Municipal consciente da necessidade de proceder à adaptação dos estatutos da Expovis à Lei nº50? Foram os estatutos da Expovis já adaptados? Ou está a Câmara Municipal consciente de que, se não se proceder a essa adaptação terá de alienar a sua participação? Queria também, tendo esta oportunidade de felicitar a Câmara pela criação, isto já não tendo nada a ver com este assunto, mas queria felicitar a Câmara pela criação do abrigo que está a ser preparado para as vítimas de violência doméstica, de qualquer das maneiras como cidadã e como mulher não gostei de ver muito exposto na comunicação social a sua localização, achei que poderia a notícia ter sido abordada de outra maneira. Eu li o local, apesar saber que também quem depois vai utilizar esse local é de outros locais do País. Queria também, e não podia deixar de perder a oportunidade de referir, que apesar de achar que é fundamental investir na criação de espaços que deem apoio, estava na altura de começarmos a investir mais na prevenção e eu penso que é uma lacuna grave não só do Município de Viseu mas de muitos Municípios que é apostar na prevenção e também na condenação efetiva dos agressores, sejam eles homens, sejam mulheres sabendo que a violência doméstica no nosso País infelizmente é exercida essencialmente sobre mulheres, mas também há crianças e há idosos que sofrem e que são vítimas de violência doméstica. Por isso, talvez um dia se crie uma casa abrigo para agressores e as mães com os seus filhos não tenham que abandonar as suas residências. Obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Fonseca, Sr. Presidente da Junta de S. João de Lourosa.-----

-NOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA SR. ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores da Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores. São obras como estas que estão a ser realizadas nas Termas de Alcafache, obras essas de grande valor e importância, que dignificam o Concelho de Viseu e a Freguesia de S. João de Lourosa, e das quais muito nos orgulhamos. É uma obra com um custo total de 768.127,59€, obra essa que teve início em maio do ano passado e com previsão para acabar no próximo mês de maio, permitindo assim abrir a zona requalificada ao público no Verão. As Termas de Alcafache, únicas no Concelho de Viseu foram fundadas em 1962, pelo Sr. Dr. Eduardo Leal Loureiro, mantendo-se ainda hoje sob a gestão da família Leal Loureiro. Desde essa altura que a margem norte do Rio Dão passou a ser frequentada como praia fluvial por milhares de pessoas, que se deslocam ali para passar um dia diferente com a família, um dia ao ar livre, onde acabam por fazer um piquenique, por se banhar, apanhar um pouco de sol e nos últimos anos aproveitam o fato de existir ali um percurso pedestre para o percorrer aproveitando o enquadramento paisagístico que o mesmo nos oferece, assim como o contacto com as zonas arborizadas e a tranquilidade do rio. Estou certo que as obras que estão a ser realizadas nas duas praias fluviais e que se preveem o melhoramento das represas existentes em cada uma delas, assim como a criação de novas infraestruturas, de espaços de lazer como o parque infantil, parque de merendas, e a intervenção que está a ser feita na via de acesso à localidade, desde via com separador central até ao início da ponte, que prevê a repavimentação quase total da área, e o aumento de estacionamento irão atrair muitas pessoas, pessoas essas não só das redondezas mas também de outros lugares mais longínquos já que a fama das Termas de Alcafache corre o país de norte a sul. Não se sabe bem porquê, nem qual as origens de as únicas Termas do Concelho de Viseu serem denominadas de Termas de Alcafache, já que



é do conhecimento geral que Alcafache é uma povoação do concelho de Mangualde e que fica a alguns quilómetros das termas que se encontram situadas na Freguesia de São João de Lourosa. Este facto levou a que sugeriremos ao Senhor Presidente da Câmara que não usassem o nome de Alcafache na futura denominação das praias fluviais já que não achamos justo que seja o nosso concelho a realizar as obras e a investir o seu dinheiro e depois venha outro concelho ficar com os louros. Dos nomes que a Freguesia de São João de Lourosa sugeriu para as praias fluviais o Senhor Presidente aceitou o nome de praia fluvial de São João, o que muito nos orgulha e agradecemos. Bem-haja Sr. Presidente. ----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de S. João de Lourosa. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Baila Antunes. -

-DEZ - O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Boa tarde a todos. Excelentíssimo Sr. Presidente da Mesa, Excelentíssimos restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Excelentíssimos Srs. Vereadores, Excelentíssimos Srs. Deputados, Excelentíssimo Público, Excelentíssimos Senhores Jornalistas. A questão da marca Viseu emergiu novamente à tona do debate público, julgo porém que a concessão desta ideia como tem sido abordada, mais de embrulho e menos de conteúdo não é a mais desejável para a competitividade e o desenvolvimento socioeconómico consolidado do nosso Concelho. A marca Viseu, não pode ser entendida apenas como um conceito simbólico de identidade, uma imagem instituída superficialmente por marketing ou um traço de personalidade reconhecida, ou porque temos bom vinho e boa gastronomia, somos acolhedores ou tão pouco ainda pelo slogan “A MELHOR CIDADE PARA VIVER”. A marca Viseu assim definida não resulta de nada materialmente consistente e que comprometa positivamente o futuro, não é consequente, bem pelo contrário, apropria-se porventura do que já existe, do que já está feito, não criando perspectivas. A marca Viseu, não pode ser fim em si mesmo, terá de emanar implicitamente do modelo dinâmico de crescimento e desenvolvimento catalisado pela Autarquia em integração com agentes locais e regionais impregnados de e na atividade económica que catapulte a geração de valor acrescentado articulado em torno de um produto, uma fileira, um cluster, preferencialmente endógenos. O Concelho de Viseu está estruturalmente carecido de forças motrizes, atividade económica e emprego. De acordo com o que têm sido as políticas autárquicas de desenvolvimento implantadas até aqui, Viseu arrisca-se a que de repente num “sound bite” à Paulo Portas alguém apregoe, Viseu tem beleza mas não cria riqueza. Não é isto que ambicionamos. Veja-se, contrariamente a um estudo de opinião da Deco, baseado na perceção de senso comum que atribui o tal slogan profusamente propalado pelo nosso Concelho, é verdadeiramente inquietante que um estudo científico da Universidade da Beira Interior, sistematizado em 48 variáveis sócio económicas tenha atirado Viseu para o nonagésimo lugar, repito, nonagésima posição num ranking relativo a indicadores concelhios de desenvolvimento económico e social. A luz vermelha ainda é mais alarmante, quando se constata que face a estudos similares realizados anteriormente o Concelho de Viseu tenha vindo a cair sistematicamente. Em 2009 eramos, sexagésimo segundo salvo erro e agora estamos em nonagésimo. Como tenho aqui referido várias vezes, o Concelho tem de abrir horizontes para os concelhos vizinhos, quanto mais não seja agora, para se refletir sobre o empreendedorismo, atividade económica e a geração de emprego que vai acontecendo nalguns deles. Ainda agora vão ser criados mais de 300 postos de trabalho em Mangualde. Em Tondela, para além de dezenas de empregos industriais e de serviços criados no último ano, a Câmara Municipal, em concertação com o Centro de Emprego local, foi importante impulsionador da atividade de dezenas de empreendedores que criaram auto emprego. Não terá sido por acaso que, ainda não há muito, o Exmo. Sr. Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional referiu, sito, “O empreendedorismo da Câmara Municipal de Tondela é um exemplo para as restantes autarquias do País. Pois, terminando, o Concelho de Viseu está estruturalmente carecido de forças motrizes, atividade económica e emprego.-----



-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Coelho, Presidente da Junta de S. Salvador.-----

-ONZE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. SALVADOR

SENHOR JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhoras Vereadores e Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente. A minha vinda aqui é relacionada com as notícias que vieram a público relacionadas com os STUV, Serviços de Transportes Urbanos de Viseu. De facto nessa notícia era posto em causa o serviço que abrangia várias populações, nomeadamente a população de Paradinha, que faz parte da minha freguesia, e queria de facto aqui referir e registar em primeiro lugar que a Junta de Freguesia de S. Salvador e o seu executivo, estão e estarão até ao final do seu mandato ao lado da sua população. Queria de facto, também manifestar o meu desagrado, porque essa notícia saiu no seguimento de um abaixo-assinado, sem que previamente, as pessoas que o prepararam tivessem de facto a hombridade de o participar ou de comunicar à Junta de Freguesia os problemas que eventualmente estivessem a surgir com os transportes públicos. Paralelamente queria manifestar o meu desagrado por a empresa concessionária dos transportes, Empresa Berrelhas, ter de facto procedido a uma alteração da linha que serve Paradinha, sem que previamente também tivesse convocado nomeadamente a Junta de Freguesia porque é o elo mais próximo dos cidadãos, para eventualmente se chegar a situações de consenso, o que de facto isso não se deu. Quero com isso dizer que assim que tive conhecimento dessa situação, participei como é óbvio o meu desagrado à Câmara Municipal e nomeadamente à Empresa Berrelhas. A Câmara prontamente, na pessoa do Sr. Vice-presidente, marcou uma reunião para se solucionar a situação. Essa reunião foi frutífera, de facto foram apresentados pontos de vista divergentes como é óbvio e chegou-se à conclusão que a empresa, de modo a que ela fosse sustentável, teria de facto que haver acertos na linha que serve a população de Paradinha. Nessa reunião estive presente eu, o Presidente da Junta de Vila Chã de Sá, o Presidente da Junta de Faíl, que eram as freguesias envolvidas nessa alteração à linha e apresentaram-se pontos de vista, no sentido de essa situação ser de facto aclarada em benefício das populações. Eu próprio já hoje fiz uma dessas viagens de autocarro, não é a primeira, mas para de facto aferir se as populações tinham ou não tinham razão relacionadas com os horários apresentados e cheguei à conclusão que de facto os horários previstos estão bem, com a exceção de três ou quatro pontos, que vão ter que ser de facto ajustados e já foram aclarados com a empresa, vão ser ajustados de modo que sirvam melhor a população. A linha que foi de facto alterada, levando uns ajustes nesses horários, vai servir sem grandes problemas a população de Paradinha que é de facto aquela que me diz respeito e vai servir de facto também as populações de Faíl e Vila Chã de Sá. Queria aqui referenciar isso, que às vezes as notícias vêm a lume sem que previamente, as entidades que mais estão ligadas com as populações tenham conhecimento. Eu de facto assim que tive conhecimento, efetuei as de marches que entendi necessárias e referir que vão brevemente ser corrigidos as linhas ou os horários, que estão menos aconselháveis para servir como deve ser as populações. É só.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado, Sr. Presidente da Junta de S. Salvador. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Adolfo.---

-DOZE - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):

Muito boa tarde a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros colegas e Público presente. Não pretendia retornar à questão do Bairro Social, mas dado que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus fez referência e fez uma intervenção bastante prolongada sobre esta questão e dado que eu já no passado fiz, e ainda na última Assembleia Municipal fiz referência a essa questão e à questão da demolição parcial do Bairro, discordando com ela como eu referi e dado que na altura o Sr. Presidente de Coração de Jesus, não fez, que eu me



recorde nenhuma intervenção na sequência do que eu disse, eu gostaria de reafirmar que é importante a preservação de um núcleo, de um conjunto de meia dúzia de casas como memória, mas efetivamente eu reafirmo aquilo que já disse na última Assembleia e já no passado tinha referido, que eu preferia ver o bairro todo preservado e penso que também há muita gente de diferentes quadrantes, quando eu digo quadrantes, é quadrantes não só políticos como também pessoas com diferentes formações até, que gostariam de ver o bairro todo preservado e não a construção de um edifício por muito bom e com muita qualidade que eu acredito que vai ter naquele local. Portanto queria só reafirmar isso aqui e sublinhar essa ideia. Requalificando o bairro, não era preservar aquilo, enfim, sem condições. Com as condições modernas de conforto, como aliás a Câmara Municipal já o fez noutras circunstâncias, nomeadamente na zona da Balsa. Eu, aqui à um ano ou coisa do género, dei os parabéns ao Sr. Presidente da junta e extensivos à Câmara Municipal pela requalificação excelente, de grande qualidade que fizeram em toda aquela zona da Balsa e também no Bairro 1º de Maio, ex- Américo Tomaz. Portanto, aqui estamos a falar de outro assunto. Bom, gostava só também de fazer menção a uma inauguração muito recente, penso que foi agora no dia 17, se não me falha a memória, do Paço Episcopal de Viseu que se situa no cento histórico de Viseu. Não, posso deixar de referir que se trata de uma obra de grande qualidade, que vem dignificar o centro histórico de Viseu e são obras daquelas que são necessárias no centro histórico de Viseu para atrair gente, pessoas, vida ao centro histórico. Aliás, a inauguração do Paço Episcopal onde estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara e outras pessoas que estão aqui nesta sala, é uma obra de grande importância, é uma obra que pode ser também uma âncora para o desenvolvimento daquela zona, não só porque tem um espaço também comercial como todos sabemos, mas porque efetivamente se trata da residência oficial do Bispo de Viseu. Inauguração essa que vem culminar praticamente um ano de comemorações do padroeiro de Viseu, S. Teotónio. Foi praticamente um ano de comemorações que tiveram muitas iniciativas de vários âmbitos, de cariz religioso, de cariz científico e de animação cultural e de outro género e que portanto só reforçam a ideia que há pouco o meu ilustre colega e amigo Dr. Vicente referiu aqui a propósito dos Forais de Viseu e das comemorações dos Forais de Viseu, que o Património Cultural pode ser um fator extremamente importante de desenvolvimento, não só cultural das próprias populações, de todos nós, mas também de desenvolvimento cultural de uma cidade em que a marca cultural é muito importante como uma mais-valia para o nosso desenvolvimento e para atração das populações e para atração de visitantes. Portanto a componente turística está no bom sentido, no bom caminho, temos aqui um conjunto de unidades hoteleiras de grande qualidade, mas o património é um fator extremamente importante de desenvolvimento local e eu gostava de deixar isto aqui sublinhado. Muito Obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Mota Faria.-----

-TREZE - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD): Senhores Membros da Assembleia, eu começaria por aqui trazer o problema da marca e lamentar que tenhamos aqui algo com grande potencialidade e andamos sempre a tentar denegrir aquilo que é a nossa mais-valia. É óbvio que há muitas marcas pelo País, nomeadamente a capital do chicharo, dos ovos-moles, com todo o respeito por essas capitais, da castanha, da chanfana, uma capital razoável que é a capital do móvel, que aí sim identifica toda uma valência industrial, mas nós temos aquilo que talvez poucas cidades eventualmente poderiam ter, que é o reconhecimento de sermos aquilo que era a capital do bem-estar, ou seja o sermos uma cidade, um concelho reconhecido com boa qualidade de vida, bom para viver, acho que tem um conjunto de potencialidades em termos de futuro, em termos como aqui já foi dito, a marca é também uma marca cultural, uma marca de qualidade de vida, uma marca também turística, que engloba tudo isto num certo bem-estar e esse bem-estar é algo sim que podia ser motivador para se atingir ainda mais e cada vez mais para o futuro. Nós que tínhamos aqui talvez das melhores marcas em



termos de fixação de pessoas, das melhores marcas em termos da atração de investimento, não, nós dizemos que esta marca, a marca da qualidade de vida, essa marca não é importante. Tomaram muitas cidades, tomaram muitas regiões poderem ter essa marca. Mas nós não, nós dizemos que essa marca não é importante, é uma marca de menor importância, e por isso vamos ver se é outra marca, arranjar aqui um produto qualquer que identifique. Nós já fomos identificados, já tivemos uma grande marca, também temos de potencializar a marca do comércio, fomos reconhecidos como uma Cidade comercial e isso também está na marca da qualidade de vida e por isso é aí que temos de reforçar. Vejamos todos, temos a Capital do bem-estar e eu acho que sim, vamos unir-nos todos em algo que nos distingue dos outros. Era só a este nível com a marca e de uma vez por todas tenhamos potencialidades, embora possamos discutir como é óbvio, mas tenhamos de reforçar aquilo que temos como importante e talvez muito difícil de atingir por todos os outros, que se tivessem esta marca teriam feito algo, mas nós aqui, funcionamos ao contrário, por isso vamos juntar-nos todos por esta marca qualidade de vida e bem-estar. Eu vinha aqui só colocar ao Sr. Presidente da Assembleia, uma situação que é esta. Em setembro apresentámos aqui na Assembleia Municipal uma proposta referente à instalação da Unidade de Radioterapia e de Medicina Nuclear no hospital que recebeu de todos unanimidade de apoio, isto prendia-se um pouco também na altura com as declarações públicas do Presidente do Concelho de Administração do Hospital da Cova da Beira, que pretendia no fundo contestar um estudo técnico, um estudo idóneo, na altura da Entidade Reguladora de Saúde, que apontava Viseu, como o local adequado para essa instalação. Na altura, até dissemos que já tinha havido também decisões de 2004 nesse sentido e por isso esta moção, foi no fundo enviada mas, fomos confrontados com declarações no mínimo declarações estranhas do Presidente da Câmara do Fundão, referindo que ia lançar um concurso para a construção mas também para o equipamento de uma unidade de medicina nuclear, que ficaria no Hospital do Fundão que faz parte também do Centro Hospitalar da Cova da Beira. Achamos isto algo estranho porque uma Câmara lançar um concurso para instalações dum hospital, para o equipamento, não definindo muito bem qual é o modelo de gestão, qual era a cobertura financeira, mas fundamentalmente dizer duas coisas: É urgente o funcionamento da medicina nuclear e da radioterapia no Hospital de Viseu, faz parte de um projeto de diferenciação técnica que deve mobilizar todos os Viseenses e por isso era uma situação que gostaria de colocar ao Sr. Presidente é se já houve resposta em relação a esta situação, se não houve resposta que fosse reenviada com um pedido de resposta urgente sobre esta situação, porque no mínimo e eu repito, no mínimo é estranho as declarações do Sr. Presidente da Câmara do Fundão sobre esta área.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Informo Senhor Deputado que efetivamente, não há nenhuma resposta rececionada, iremos não só reenviar como fazer um contato direto para obter essa informação. Entretanto o Sr. Deputado Pedro Baila Antunes, queria colocar um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Mota Faria e tem três minutos para o fazer.-----

-CATORZE - O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Excelentíssimos colegas, Excelentíssimo Público, Excelentíssimos Senhores Jornalistas. Dr. Mota Faria, eu não respondo nada sobre, não vou, enfim, proferir qualquer palavra sobre eu estar a denegrir o meu Concelho, o que tenho dito aqui, o que tenho escrito nos jornais, etc., toda a minha intervenção cívica, fala por mim, para o bem ou para o mal, eu intervenho e continuarei a fazer o máximo que puder dentro do meu saber e competências como qualquer Viseense se calhar fará e portanto, sobre isso nada respondo. Agora eu gostava de lhe perguntar que atividades económicas, eu já não falo de empresas com vinte trabalhadores ou cinquenta, com dez, claro que temos uma empresa de construção civil como temos muitas, mas quantas empresas do setor primário, da indústria nós criamos nos últimos anos em Viseu? Quantas? Ainda agora em Tondela, já



agora eu insisto em Tondela, foram criadas uma séria de empresas e uma série de empregos. Acha que a maneira que eu falo da marca é a propósito de Viseu ser a capital da chouriça ou do chicharo como o Senhor disse. A marca a é algo implícito, como por exemplo, pouca gente assim de repente conhece Braga como a Capital da Nanotecnologia, mas cada vez ela é mais e gera riqueza com isso, tal como Aveiro gera riqueza com o porto ou com as telecomunicações, nós somos a melhor Cidade para viver, eu tenho dito isso muitas vezes, eu sou um privilegiado vivo em Viseu e usufruo disso, e a geração de emprego as atividades económicas, as tais forças motrizes, qual a criação de valor que não venha do Orçamento de Estado indiretamente ou por outras vias que não a criação de riqueza, quantas são geradas neste território, no nosso Concelho. Isso é que é grave e qualquer dia dizem que eu sou o arauto da desgraça neste Concelho. Mas há memória, e há memória das intervenções públicas das pessoas, e este concelho está carente e é grave estruturalmente de atividade económica e escuso de dizer mais palavras, peço desculpa porque o que eu tenho dito fala por mim e pouco mais tenho a acrescentar, porque é preciso ter estratégia porque o facto de sermos uma cidade bonita de haver as casinhas no Rossio, de haver as feirinhas, os artesanatos, os ranchos, isso é muito importante mas há muito mais do que isso que vem de dentro e que não é só o embrulho.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dou a palavra também para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Portugal. Também tem três minutos.-----

-QUINZE - O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS): Muito boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Excelentíssimos Srs. Vereadores, Colegas Deputados, Público em geral e Comunicação Social. Eu venho aqui por causa do assunto trazido pelo Deputado Mota Faria relativamente à notícia que eu não tenho conhecimento mas que a ser verdade que foi anunciado a construção de uma obra ou o lançamento de uma obra sobre a criação de um Centro Oncológico ou de Radioterapia no Fundão, não vejo como é que isso pode ser possível porque uma instituição como a que o Fundão é, praticamente reduzida a uma Unidade de Cuidados Paliativos, embora eventualmente constituindo uma parte do Centro Hospitalar da Cova da Beira, por todas as razões que já foram aqui ditas, não ser uma área que tenha as condições como a Viseu para ter um Centro como esse, também há outras questões que se colocam sobre o ponto de vista técnico. Não interessa construir um edifício e equipá-lo sem ter efetivamente os recursos humanos necessários para a sua construção, e essa questão reporta ao ano de 2005, quando efetivamente se pretendia construir um Centro Oncológico também em Viseu e que aconteceu também salvo erro em Beja, e o que acontece é que depois não houve a capacidade de criar portanto os recursos humanos necessários para o seu devido funcionamento. Portanto, a acontecer isso, provavelmente iria acontecer mais uma situação dessas no Fundão. O que era para acontecer aqui e desejamos que aconteça em Viseu e com certeza que o Partido Socialista e todas as forças de Viseu estarão empenhadas nesse combate, é a criação de um Centro que seja equipado e que tenha as condições de recursos humanos para poder dar resposta, sob o ponto de vista oncológico o tratamento dos doentes por via química e também via radioterapia assim como de diagnóstico, que há que aproveitar essas valências. O que aconteceu até aqui é que efetivamente na questão que estava tudo lançado para se construir uma parceria público ou privada, os estudos estavam todos feitos efetivamente dadas as circunstâncias atuais e a relutância a esta designação de parcerias público privadas foi bloqueada a sua concretização, mas é evidente que se calhar dentro das parcerias público privadas, haverá parcerias que sejam positivas, e esta no meu entender, seria uma parceria positiva porque o Estado apenas se comprometia com o financiamento da exploração do exercício desse Centro Oncológico, porque seria uma empresa privada que faria a construção e também pugnaria pelo encontrar digamos dos profissionais para o seu funcionamento e num sítio adequado, não é num hospital como o do Fundão que não têm retaguarda para poder dar lançamento a uma instituição desse género. Por isso manifesto a minha preocupação e com certeza que gostaria de esclarecer este assunto, que



parece uma brincadeira, mas estaremos prontos para o que for necessário para que isso não aconteça e que Viseu tenha aquilo que é necessário por que os nossos doentes estão todos os dias a serem transportados para Coimbra, com um desgaste enorme sob o ponto de vista económico para a instituição e para as famílias e sob o ponto de vista do sofrimento é muito complicado para as pessoas que os suportam.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Ermida Rebelo para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Mota Faria.-

-DEZASEIS - O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDO ERMIDA REBELO (PPD/PSD): Boa tarde Sr. Presidente, Assembleia, Sr. Presidente da Câmara. Gostaria primeiro de atentar no sentido de dizer que nada me move contra as Unidades Hospitalares, muito menos contra as populações da Beira Interior, designadamente as populações servidas pelo Hospital da Guarda, Centro Hospitalar da Cova da Beira e pelo Hospital de Castelo Branco, compreendo a legitimidade das aspirações de ter os meios e os cuidados de saúde necessários. O que me oferece apreciar nesta situação, é uma questão de razoabilidade e de inteligência. Como sabem hoje os doentes oncológicos da Região Centro, e eu desde 2005 registo nesta Assembleia que tenho frisado isto, apenas a Norte e a Sul da Rua Bissaia Barreto em Coimbra é prestado este serviço de Radioterapia, quer no IPO de Coimbra, quer nos Hospitais da Universidade de Coimbra. Portanto todos os doentes dos seis distritos da Região Centro são do âmbito da Radioterapia, estamos a falar de doentes oncológicos referenciados para esta avenida a Norte ou a Sul. Para criar como prevê o Plano Oncológico Nacional e com os estudos com razoabilidade e com a inteligência que têm sido feitos, apontam para Viseu a implantação dessa unidade de Radioterapia, pelas seguintes questões: Primeiro, é preciso haver escala, e como compreendem a dimensão do Centro Hospitalar Tondela Viseu, é tal que ultrapassa a capacidade e a área de influência das três unidades da Beira Interior, Guarda, Covilhã e Castelo Branco. Um exemplo muito prático, em Viseu nascem cerca de duas mil crianças, e nas três maternidades dessas unidades, não nascem mil e seiscentas crianças. Em termos do que se pretende do Plano Oncológico é que, cada vez mais o doente, seja um doente com tratamento integrado, isto é, que desde o diagnóstico à cirurgia, à radioterapia à quimioterapia, sejam feitas no mesmo centro. Eu só vejo uma questão, uma situação, para se localizar na Beira Interior esta Unidade de Radioterapia, não vejo outra alternativa, se for possível, é levar o Hospital de S. Teotónio, e só não chega, é levar todos os profissionais de S. Teotónio para a Beira Interior, é uma questão de escala. Agora, para uma parceria público privada como acontece não em Beja mas em Évora, na medida que a única situação que existe no Alentejo é em Évora e não em Beja, ficou um plano do anterior Conselho de Administração de uma parceria pública ou privada que não teve qualquer despacho por parte da Tutela em tempo oportuno, é um estudo que não tem qualquer despacho. A criar uma parceria público privada na Beira Interior, não vejo viabilidade na medida em que não há número de utentes suficientes. A não ser que por despacho obriguem duzentos doentes da área de referência de Viseu a deslocarem-se ao Fundão, ao invés de vinte ou trinta doentes da Beira Interior se deslocarem a Viseu. O que acontece neste momento é que os doentes de Viseu vão fazer a radioterapia a Coimbra, os doentes quer da Guarda quer da Cova da Beira deslocam-se A23, A25 chegam a Mangualde, vão para Nelas e seguem até Santa Comba Dão. Eu pergunto? Era razoável ou não os duzentos doentes de Viseu, serem tratados no Centro Hospitalar, no Hospital de S. Teotónio, e os utentes da Beira Interior, porque as vias de acesso quer a A23 quer a A25, em vez de irem a Coimbra e que são substancialmente muito menos, serem tratados em Viseu. Penso que é uma questão de inteligência e razoabilidade, não vejo outro tipo de situação, mas como já vimos Faculdades já vimos autoestradas serem desviadas por critérios menos objetivos, é por isso que eu digo às vezes não há fumo sem fogo. Foi um Presidente do Conselho de Administração, agora é um Presidente da Câmara, amanhã não se sabe o que é. Obrigado.

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria para responder às questões que lhe



foram colocadas.-----

-DEZASETE - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD): Em relação ao assunto da Unidade de Radioterapia, Medicina Nuclear, penso que estamos todos em consenso e aqui não é estarmos contra Fundão, não é nada disso ou estarmos contra o Hospital da Cova da Beira, queremos é uma decisão urgente, rápida, com um modelo de gestão que se entenda adequado, mas tem que haver uma decisão rápida para Viseu, não vamos é ser confrontados com uma decisão ao lado que inviabilize a nossa. Pode haver a outra, agora que se defina em termos de equipamentos pesados, rapidamente a decisão da diferenciação técnica do Hospital de Viseu. Penso que isso nos une a todos e a bem das populações e dos nossos doentes. Quanto à outra situação apenas dizer que às vezes, todos estamos de acordo, hoje na fase dum novo ciclo económico, todos estamos de acordo de quais são as necessidades do nosso Concelho. Penso que aí há consenso e penso que todos veem o que terá de ser necessário para o futuro. Agora, o que estávamos a referir não é uma análise, ou o que estávamos a referir é as potencialidades, a discussão sobre aquilo que tínhamos e aquilo que podíamos ter no futuro, e aqui o que eu acho estranho, é andarmos sempre aqui com apontamentos de concelhos, a, b, c, e d, como se fossem concelhos de referência para nós, por uma questão de às vezes de publicidade, de desconhecimento do que é feito no nosso e por, muitas vezes por publicidade excessiva dos outros daquilo pouco que fazem. Nós às vezes começamos a ver, por exemplo, PME excelência, vamos ver aquelas empresas todas e mais de metade das empresas que ali estavam de dez ou doze concelhos eram de Viseu, mas eram PME Excelência, e duas ou três de um concelho eram importantes para esse concelho, a grande maioria eram de Viseu, mas já não eram importantes. Às vezes são essas pequenas situações que têm a ver com as chamadas assessorias de comunicação, com outras situações de publicidade dos pequenos atos e que às vezes um concelho com a dimensão, as pessoas estejam mais viradas para o trabalho do que estarem na divulgação dos atos, talvez tenhamos todos, aqui no concelho de Viseu que divulgar mais aquilo que se faz, talvez seja isso, para algumas pessoas olharem para os jornais e dizerem assim, aqui fizeram-se dez contratos, vinte contratos, é por aí que se avalia? Em relação ao futuro, em relação ao ciclo económico que estamos a passar, todos percebemos quais são, e todos aqui sabemos que não são palavras, sabemos o que é necessário para o futuro. Certo?-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Eu tinha também um pedido de intervenção do Sr. Presidente da Junta de Lordosa, que era para nos fazer uma proposta concreta para a sessão de 25 de Abril. Mas eu só lhe daria a palavra depois, porque mandei fazer um levantamento de todas as Freguesias e tenho a ideia de que já tivemos uma sessão do 25 de abril em Lordosa, exatamente na EB Jean Piaget, acho que foi aí que se realizou. Pois é, isso é Campo, mas eu tenho a ideia que já tivemos uma sessão em Lordosa, mas de qualquer maneira, já vou fazer o levantamento e depois já falávamos sobre isso. Esgotamos o período antes Ordem do Dia, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara como habitualmente comentar e responder a algumas questões que foram colocadas-----

-DEZOITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Sr. Presidente. Queria naturalmente cumprimentar o Sr. Presidente e a Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados. Ainda bem que esta reunião foi morna o que me dá algum descanso à voz. Eu queria naturalmente fazer aqui alguns comentários em relação a alguns esclarecimentos também. Em relação à primeira intervenção da Dr.^a Cristina, penso que foi apenas uma informação sobre a Assembleia Jovem, depois sobre o apoio às vítimas de violência doméstica, eu queria dizer que nós fizemos a construção da casa, a recuperação da casa na Calçada da Vigia e a intenção foi exatamente localizar ali as vítimas de violência doméstica, e longe de nós escondê-la, eu fico espantado até, como é que a única crítica que ouvi foi porque é que se sabe onde é que são. Nós queremos mesmo que saiba aonde é que são, se estiverem numa aldeia qualquer, as pessoas também sabem, sabem quem são as vítimas, queremos é que estejam numa casa que se conhece e que tem condições e portanto



naturalmente achamos, a não ser que seja por proteção contra a violência dos agressores mas isso não nos cabe a nós, é bom até que não se mediatizem essas pessoas e que se ponham no sítio onde estão o resto dos cidadãos, e portanto foi com essa intenção que a Câmara, recuperou uma habitação para pôr ao serviço dessa gente. Depois, ouvi aquele problema posto aqui pelo Deputado Gonçalo Ginestal, sobre o Judo. Eu conheço bem a situação, recebi um email. Bem, das duas uma ou nós não recuperávamos o Pavilhão do Fontelo, pois não é possível recuperar o Pavilhão do Fontelo e ter lá as atividades. Nós queremos e estamos a recuperar o Pavilhão do Fontelo, como estamos já agora a entrar em negociações com o Inatel, para ficarmos com o Pavilhão do Inatel, exatamente para dá-lo às modalidades de Viseu e aos clubes de Viseu. Toda a gente reconhece que o Pavilhão do Fontelo era o único pavilhão sem condições, portanto estar a dizer agora que estão a recuperar o pavilhão e o Judo? O Judo e todas as modalidades vão ter que sair transitoriamente. Como nós quando recuperamos a nossa casa, vamos ter que sair, para a casa de um familiar ou de um vizinho ou alugar uma casa até resolver-se o problema. Portanto vai ser isso o que se vai passar em relação ao Judo. Eu queria dizer que nós temos muito respeito pelo Judo, conhecemos bem os seus líderes e ao longo dos tempos tivemos sempre um relacionamento extremamente importante com eles e portanto, não os deixaremos ficar naturalmente descalços. Sobre a questão que trouxe aqui o Sr. Deputado Vicente, sobre a Rede Museológica, naturalmente que nós agradecemos as sugestões. Uma das sugestões que foi dada está assumida, não foi preciso sequer, mas podia ter sido, nós tínhamos pronto o plano de atividades de todos os núcleos museológicos e a partir do dia 1 de março, vão naturalmente ter o seu inico. Todos. Agora há uma coisa que temos todos também que assumir, aqui há uns tempos falava-se da rede museológica e dizia-se que Viseu não tinha nenhuma. Agora há gente que já considera que temos a mais, uma pode ser destinada ao Presidente da Câmara a partir de outubro. Bem, nós temos as redes museológicas e os núcleos museológicos que entendermos necessários e dentro de pouco tempo também iremos dar a conhecer, a pôr à disposição do público a Quinta da Cruz que é também algo de que com toda a certeza os Viseenses se vão orgulhar, naturalmente quando for colocado à sua disposição. Gostaria também de vos chamar à atenção de que todos conhecem como nós uma regra que limita a admissão dos funcionários, um por cento da Administração Central e dois por cento nas Câmaras. Às vezes há muitas sugestões, se as Câmaras não podiam fazer mais isto e mais aquilo, e nós às vezes perguntamos com quem? Com quem? Se é possível? Mesmo que nós queiramos abrir este ou aquele centro de atividades se estamos à vontade para recrutar pessoal. Não estamos. Portanto também gostaria que entrassem em conta com esse constrangimento. Bem, mas depois, é evidente que nós só podemos definir Rotas de acordo naturalmente quando tivermos as requalificações feitas, estar a definir uma Rota por exemplo para os monumentos de defesa e não os ter requalificados, e uma coisa que nós dizemos sem nenhum receio de sermos desmentidos, não há nenhuma instituição que tenha feito uma requalificação no centro histórico que não tenha a mão da Câmara, nem uma. Mesmo aquela que referimos, do Paço Episcopal, a Câmara lá está, como é sua obrigação, mas está em todas essas recuperações, e portanto eu queria dizer que nós vamos também em relação a essas Rotas, divulgá-las convenientemente, eu penso que pode ser mais uma alavanca. Nós não fazemos depender tudo de uma marca. Aliás, na minha Aldeia, quando um individuo não é grande coisa dizem que é ele que é de marca. Eu já estou cheio da marca. Marca é um jornal espanhol ligado ao desporto, “A Marca”. Pois mas há indivíduos que depois não têm daí uma atitude. De cima, sempre de cima, por cima do ombro, A Marca! A Marca! Vejam lá quantas unidades é que conhece? Em Viseu, não se faz nada, os outros criam emprego e os cidadãos escolhem Viseu para viver, o que não deixa de ser curioso. É de facto um binómio complicado, os Municípios vizinhos arranjam emprego e os cidadãos vêm viver para Viseu e nós ficamos muito satisfeitos porque a principal missão de uma Câmara é arranjar condições para os cidadãos viverem. É o principal. Não me aponte o dedo que eu não gosto disso, pois, não vale a pena. Portanto, esta é a principal responsabilidade de uma Câmara.



Depois acho piada com as marcas que alguns vão dando. A Marca do Porto de Aveiro, que foi a Câmara que o construiu, a Marca daquela unidade ligada à Faculdade de Medicina do Minho, de Braga, naturalmente foi porque o seu governo a levou para lá, esqueceu-se de Viseu e tinha-a prometido. E depois é essa marca. Nós temos a Marca que nós construímos, “A Melhor Cidade para Viver”. E fico até espantado, como é uma falta de inteligência e quem tem formação matemática sabe isto, como é que se alguém cria uma marca num subconjunto se tem um conjunto global. Como é que é possível que alguém tenha, com variáveis que nós não definimos, tenha uma marca da melhor cidade para viver e depois quer apenas o subconjunto disso. Desta marca global, vamos escolher aquela coisa, se calhar, sei lá, uma marcazita. Depois outra coisa que achei piada, as marcas devem ser prospetivas, também é assim nos carros. O Volvo é um carro que há-de vir. A Austin também, é um carro que há-de vir, são prospetivas, nas camisas também são assim. As marcas são prospetivas, são de futuro. Isto de facto é de uma..., pois, bem, as marcas podem começar por muitos sítios, se começam em Braga numa instituição de saber, aqui em Viseu também podem começar, o meu amigo pode ter esta responsabilidade, fazer aqui uma marca, um trabalho desenvolvido que as pessoas o reconheçam e que a gente se possa todos orgulhar, isso é ótimo, a gente fica à espera tal como alguém desenvolveu a nanotecnologia em Braga, pode ser que haja aqui uma mente daquelas que a gente está habituado, brilhante, a fazer uma coisa desta e depois nós vamos todos atrás dela. Bem, eu queria dizer-vos que orgulhamo-nos muito desta marca que criámos, aliás uma pessoa esclarecida como é o Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, declarou publicamente que não sabia porque é que não se explorava mais esta marca, que Viseu era única por ter esta marca e eu fico espantado como há Viseenses que não gostam, não gostam nada. e não vale a pena vir aqui dizer que têm orgulho de viver nesta cidade, não têm, eu acho até que deviam ir a caminho de Nandufe, viver para ali, porque temos que reconhecer o seguinte, não vale a pena vir com esta comparação constante. Nós não temos nenhum problema em nos compararmos com quem quer que seja, nenhum. Portanto não vale a pena vir sempre com as mesmas situações, depois com aquele estudo da UI. Eu tenho alguns problemas de saber que há estudos dessa natureza e que é Orçamento de Estado que anda a pagar a essa gente, bem que colocam Viseu atrás de Aguiar da Beira e atrás de Gois e atrás de Alfandega da Fé, isso é um estudo bem feito, e que o seu camarada José Luís Carneiro conhece bem, meteu em tribunal. Sabe disso não sabe? Exatamente porque o seu Concelho ficou quase em último lugar e portanto, vem um camarada aqui, fazer Loas ao Concelho, pois um independente vem aqui fazer Loas ao Concelho, e depois não sabe que um camarada seu de grande prestígio que eu considero também pessoalmente, tomou esta posição, portanto é preciso saber de que é que estamos a falar. Agora há uma coisa que é notória e não vale a pena disfarçar, custa-lhe a si particularmente esta condição de Viseu ser considerada duas vezes a melhor Cidade para viver, custa-lhe, custa-lhe, eu digo que não vale a pena. A minha cadeira vai ficar livre a partir de outubro, ela não vale assim tanto, que digam mal da Cidade apenas para me atingir, a Cidade de Viseu é espetacular, foi esta comunidade toda que a construiu e que a construiu apesar de alguns nadarem assim, que foi o seu caso. Os que nadaram para pôr esta cidade nos píncaros, fizeram assim normalmente, há outros que nadaram assim, e portanto não vale a pena porque isto é tentar disfarçar o indifarável. Ficam incomodados? Incomodados por nós, e não fomos nós que fizemos o estudo, recebemos do exterior. Eu digo até, suponhamos que esse estudo era abonatório até, digamos demasiado para Viseu, menos exigente, nós devíamos era dizer todos este estudo é porreiro. Não houve ninguém curiosamente, gostava de chamar à atenção disto, Coimbra foi a melhor classificada na variável saúde, pois em todos os jornais de Coimbra, lá veio Coimbra a melhor cidade na saúde. Nós que fomos no global considerados a melhor Cidade, nós que não ganhámos o jogo, ganhámos o campeonato, temos aqui alguém que tem uma marca, pronto, ficamos com a marca da minha aldeia como lá dizem e chega-nos por aqui. A Marca. Já agora queria também falar sobre o Bairro e eu gostava



de dizer, e gostaria que isto ficasse bem assente, nós não fizemos o Bairro e o projeto que está por lá de forma clandestina. Eu, reuni aqui nesta mesma sala com os moradores. Os moradores do Bairro, com as pessoas que usam o Bairro e chegámos à conclusão, todas as pessoas, de que aquele Bairro podia ser demolido em parte, deixando uma memória futura e aproveitando melhor um terreno, que é um terreno nobre no coração da Cidade para mais gente. Isto foi aceite por toda a gente e é isso que estamos a fazer. Dois blocos, um bloco agora que a Câmara vai concluir muito rapidamente, tivemos até o cuidado de alojar as pessoas no sítio mais próximo das suas habitações para não os desraizarmos, e depois voltam ao lugar, naturalmente ao Bairro em condições muito mais favoráveis. Muito mais, e deixámos lá a memória futura, deixámos as casas suficientes para as pessoas não se esquecerem daquilo. Mas no entanto eu dou de barato, uma pessoa como o Dr. Jorge Adolfo, tenha uma outra visão, o problema é que não tem legitimidade, a legitimidade é nossa e portanto assumimo-la em pleno e portanto, tem a sua visão que eu respeito, mas a legitimidade da política é nossa. A partir de outubro podem não fazer mais nenhum Bairro, podem não fazer mais nenhum edifício e voltar tudo atrás e pôr até aquelas casas mais arranjadas para cada um, só que eu acho que é um desperdício. Um bairro de habitação social não deve ser nenhum “ghetto”, mas também não deve ser nenhum privilégio porque o sol é de todos nós, portanto quanto melhor o aproveitarmos, melhor. Foi assim que nós definimos a concessão e a adequação do bairro. Também uma outra questão que aqui levantada pelo Sr. Fonseca, e eu gostava de lhe dizer que nós pusemos o nome da Praia de S. João e ainda bem, isto é também uma das grandes forças de Viseu. É a atenção que os Srs. Presidentes de Junta têm demonstrado nos nossos projetos e eu confesso-lhe com toda a humildade que se por acaso não fosse uma Junta atenta nós deixávamos passar esse pormenor, E ainda bem, é por isso que nós temos excelentes relações com as Juntas de Freguesia. A Junta de Freguesia e muito bem, atenta mandou um ofício ao Sr. Presidente da Câmara a sugerir-lhe para mudar o nome, e nós achámos que tinha toda a razão e por isso o fizemos. Já agora para quem está menos atento, eu sei que não foi essa, não gosto de driblar as situações, mas para quem queria uma Praia Fluvial em Viseu, vai ter duas, e não foi aquela que eu prometi, não vale a pena, mas vai ter duas, é bom que as pessoas saibam que a partir de maio, junho, vão ter duas praias fluviais no Concelho perfeitamente modernas, naturalmente que não têm aquelas coisas que a gente conhece, mas pronto, são praias fluviais apetecíveis com toda a certeza. Depois queria dar uma explicação à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Já agora dizer-lhe que é com simpatia que a vejo aqui, eu não sabia, nunca lhe perguntei pelo cartão, não tenho que o fazer nem quero, e foi sempre com grande gosto que a vi participar em ações por Viseu promovidas pela Câmara, portanto daí esta simpatia pessoal também. Mas, nós não temos, está excluída a Expovis dessa situação. O que trazemos aqui foi aquilo que os nossos técnicos, digamos, analisaram e são aquelas que necessitam de denominação e portanto de alteração. É isso que vamos fazer, alteração estatutária, não na Expovis, porque essa não está no universo das alterações. Já agora também dizer-lhe que concordo que é preciso apostar na prevenção e até na condenação de quem pratica violência doméstica, mas também como é sabido, é uma coisa que está arredada e eu digo felizmente das funções camarárias, são as funções de soberania, nós não temos, não entramos aí. Às vezes até somos vítimas das funções de soberania, também gostaríamos de ter funções porque talvez também pudéssemos administrar a justiça mas não está nem vai estar durante anos, a Justiça, os Negócios Estrangeiros a Defesa, são funções que nunca iremos ter e muito bem, são da Administração Central como é sabido. Queria também abordar mais uma questão que foi aqui trazida na parte final, por o Dr. Mota Faria, por o Enfermeiro e também por o Dr. Ermida, esta questão da Unidade de Radioterapia. Eu conheço também esta situação, foi-me colocada por quem de direito, exatamente pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração e eu próprio vou solicitar rapidamente, aliás já a solicitei e só não foi marcada porque não encontrei o interlocutor, com Senhor Ministro, para lhe colocar esta questão e outras também, nomeadamente



aquela da denominação do Centro Hospitalar qualquer coisa Viseu que eu me recuso a dizer e que há-de ser o Centro Hospitalar de Viseu ou com outro nome que naturalmente não magoe ninguém, mas essa situação de dependência pela letra alfabética, não aceitaremos. Portanto vou fazer essa reunião com o Sr. Ministro e um dos assuntos que lhe ia colocar é exatamente perceber esta localização no Fundão, eu pensei que o Fundão era conhecido por uma marca das cerejas, mas a partir de agora começava também a ser a marca da radioterapia, eram muitas marcas, eu não sei se me esqueci de dar alguma resposta, mas acho que não. Queria apenas falar numa outra coisa que tem a ver com a falta de emprego no Concelho de Viseu, que nós sabemos que é notória, e é uma preocupação, mas gostaria de chamar a atenção porque de vez em quando nós, com alguma pressão de fazemos alguns comentários, depois quando saem as estatísticas vemos que estamos logo afastados. Hoje no Jornal de Negócios vem a concentração do desemprego no País e a nossa cor é extremamente agradável, é uma cor que nos agrada, não é aqui no Concelho de Viseu que estão os maiores problemas do desemprego. Naturalmente, temos uma chaga social que temos que estar atentos, mas não é no Concelho de Viseu que temos esses problemas. Queria também fazer uma alusão, rapidamente à questão da possível localização da Cáritas no chamado Bairro da Cadeia. Nós achamos importante que uma organização como a Cáritas que tem feito um trabalho espetacular e que tem tido o apoio sistemático da Câmara, aliás como o seu Presidente sempre o refere, nós vamos com toda a certeza criar-lhes condições para estarem naquele Bairro por muitas ordens de razões porque é também a possibilidade de terem mais alguma animação nomeadamente com alguma atividade daquele Bairro, mas também porque a Cáritas nos habituou a um trabalho extremamente importante sobretudo na componente social que como sabem na situação em que vivemos tão necessária é. Pronto Sr. Presidente acho que dei resposta e os comentários que me foram solicitados, portanto ficava-me por aqui. Muito Obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara, não só pelas explicações mas também pelo esforço, que nota-se que está extremamente debilitado da garganta. Já agora, eu bem tinha, de facto a minha memória não me costuma atraiçoar, em Lordosa, realizou-se no ano 2000, a sessão do 25 de Abril, exatamente no Instituto Piaget, eu é que estava a fazer confusão, depois no ano de 1998 foi no EB Jean Piaget do Campo, portanto eu é que estava a trocar aqui duas datas. Eu sugeria que houvesse, agradecendo desde já o voluntarismo, que se houvesse um outro Sr. Presidente de Junta, numa Freguesia na qual nunca se tivesse realizado a Sessão do 25 de Abril, faria mais sentido do que estarmos a repetir. Eu tenho aqui a lista, depois se quiserem, se alguém se quiser voluntariar tanto melhor, senão eu sugiro em última análise que se faça na Sede do Concelho, mas era mais interessante que sendo o fim do mandato que fosse uma freguesia rural a receber a comemoração do 25 de abril. Terminado o período antes da Ordem do Dia, eu também tive a fazer este compasso de espera para que o Sr. Presidente da Câmara pudesse recuperar um bocadinho, para agora podendo fazer a intervenção já dentro do ponto um na informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade Municipal. Sr. Presidente tem a palavra.-----

DEZANOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: O Sr. Presidente sabe que não tenho que recuperar só para hoje, tenho que recuperar também para amanhã, também não queria sobretudo que amanhã me faltasse a vós na cerimónia em que vamos estar em conjunto.-----

Senhor Presidente Senhores Deputados, nos termos e para os efeitos no disposto da alínea e) do nº1 do Art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que previamente preparei. Toda a ação desenvolvida por nós ao longo dos anos, tem sido em função dos Viseenses e para os Viseenses. Desde o primeiro dia que tomamos posse para gerir os destinos do Município de Viseu que essa tem sido uma preocupação constante da nossa parte. A eficácia do nosso trabalho tem dependido em grande medida do conhecimento profundo que temos da



envolvente onde estamos inseridos. Sem uma verdadeira compreensão da nossa comunidade, corremos o risco de tomar medidas desfasadas da realidade e contrárias às necessidades coletivas dos nossos concidadãos. Conhecer a nossa demografia é fundamental, simultaneamente é decisivo também para a atividade municipal. Entender a dinâmica populacional humana e as características de toda a sociedade do Concelho é imprescindível para se definirem as políticas mais adequadas. Entre os vários indicadores a que temos prestado a devida atenção, destaco por exemplo o índice de envelhecimento ou seja a relação entre a população idosa e a população jovem. Neste âmbito, saliento igualmente as projeções do Eurostat que refere que em 2060, para cada pessoa com mais de 65 anos, haverá na União Europeia apenas duas pessoas em idade ativa, isto é entre os 15 e os 64 anos, quando atualmente este rácio é de quatro para um. Este é um aspeto que consideramos muito importante e que a Comissão Europeia também considerou ao ter definido o ano de 2012, como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, destacando a necessidade de se promover individualmente e comunitariamente o envelhecimento com mais saúde. Esta tendência deriva essencialmente, da diminuição das taxas de natalidade e simultaneamente do aumento da esperança média de vida, que aumentou cerca de oito anos desde 1960 e que se espera que venha a aumentar ainda mais cinco nos próximos quarenta anos. Se por um lado se reduz a mortalidade, fruto da melhoria das condições de vida, do sucesso das políticas de saúde e de segurança social ou do avanço das tecnologias médicas e do medicamento, por outro crescem as doenças crónico-degenerativas como consequência da maior longevidade da vida das pessoas. Para fazer face a esta realidade vários países têm vindo a implementar políticas públicas de envelhecimento ativo através de programas de atividade física com o objetivo de promover a saúde e como forma de alterar os hábitos de vida dos seniores retardando o aparecimento de doenças crónicas, mantendo-os funcionalmente capazes por mais tempo para realizarem as suas tarefas do quotidiano. Também Organização Mundial de Saúde evidencia a importância de se adotar um estilo de vida ativa com o intuito de melhorar a saúde, o funcionamento cognitivo e a integração na sociedade das pessoas com mais idade, permitindo que estas tenham um envelhecimento ativo e com qualidade. Atualmente é consensual que o envelhecimento saudável depende na sua essência da adoção de um estilo de vida ativa e não devido à herança genética. É assim indiscutível o contributo da prática da atividade física para a nossa saúde e bem-estar. A atividade física regular, contribui de forma decisiva para a prevenção de muitas doenças crónicas como os diabetes do tipo 2, a obesidade, as doenças cardiovasculares. Evita, também patologias incapacitantes como a osteoporose, como a artrite e previne alguns fatores de risco de doenças crónicas como colesterol elevado ou hipertensão. Sr. Presidente Srs. Deputados, apesar do índice de envelhecimento a nível concelhio ser mais baixo que aquele que se verifica na região centro e mais baixo do que aquele que se verifica em termos nacionais, o Município de Viseu tem estado atento a esta situação e tem estado na linha da frente com a implementação de programas de promoção de atividade física para seniores, tendo iniciado em 2007 o projeto “Atividade Sénior” direcionado aos nossos munícipes com mais de 55 anos. Não obstante existirem outras iniciativas desenvolvidas pelo Município com o intuito de promover um estilo de vida saudável e a atividade física, pela sua importância salientava apenas este projeto que é direcionado especialmente para as pessoas de mais idade em prol do seu envelhecimento ativo e saudável. Podemos constatar que a realização da “Atividade Sénior” tem sido um verdadeiro sucesso bastando para isso atender aos níveis de adesão das pessoas que longo de seis anos, seis edições já efetuadas ultrapassou os 7600 participantes. Conseguir pôr em movimento um número tão elevado de participantes não é tarefa nada fácil, principalmente quando estamos a falar de pessoas com mais de 55 anos com costumes sedentários arreigados e que até então não desenvolviam formalmente qualquer tipo de modalidade ou de atividade física. É igualmente visível que a concretização deste projeto tem possibilitado melhorias na qualidade de vida dos nossos concidadãos que nele têm participado, promovendo



momentos de maior convívio social com atividades que têm permitido uma melhoria dos níveis de autonomia e de destreza física dos seus participantes. Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados neste ano de 2013, realiza-se como atrás disse a “7ª Edição de Atividade Sénior - Para jovens com mais de 55 anos”, mantendo-se no entanto os objetivos gerais e iniciais do projeto. Objetivos que são proporcionar à população sénior do Concelho de Viseu uma atividade física regular e devidamente orientada tendo em vista a melhoria da sua qualidade de vida e elevação da sua autoestima, sensibilizando-os para adoção de estilos de vida saudáveis. O segundo objetivo é diminuir os fatores de risco relacionados com o processo de envelhecimento combatendo a inatividade e o sedentarismo nesta população. O terceiro objetivo é aumentar os níveis de independência e autonomia através dos melhores índices de aptidão cardiovascular e aptidão física, nomeadamente ao nível da força e resistência muscular e atenuando a perda de flexibilidade coordenação e equilíbrio. O último objetivo diminuir o tendente isolamento desta população através da organização de atividades de ocupação de tempos livres aumentando a interação social. Tal como aconteceu nas edições anteriores o projeto contará com “atividades regulares” com ginástica, caminhadas, hidroginástica, yoga, dança e com “atividades pontuais” promovidas diretamente pela Câmara Municipal de Viseu em que participarão todos os grupos envolvidos. Nas “atividades pontuais”, pretende-se a promoção do projeto Atividade Sénior através do mediatismo criado, proporcionar novas experiências aos participantes e a organização de sessões de sensibilização em diversas áreas importantes. Este é um projeto do Município de Viseu, porém a sua concretização envolve a colaboração e a parceria de outras entidades locais, às quais gostaria de agradecer publicamente, destacando a Escola Superior de Educação de Viseu, ao ACES Dão Lafões, às Juntas de Freguesia e o Movimento Associativo do Concelho. Estamos certos que em conjunto continuaremos a trabalhar para que os Viseenses nasçam com esperança, cresçam com confiança e envelheçam com dignidade. Como já tive a oportunidade de mencionar noutra Sessão da Assembleia Municipal sobre este mesmo tema, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, “uma cidade amiga do idoso, deve estimular o envelhecimento ativo e otimizar oportunidades para a saúde, participação e segurança para aumentar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” Sr. Presidente, Srs. Deputados para concluir deixo aqui à vossa consideração e análise através das folhas em anexo as matérias tipificadas no nº4 Artº68 da Lei 169/99 a saber a situação financeira com o saldo atual das dívidas e outras origens de fundos, a informação prevista na alínea d) do nº1 do artº53 que se refere às participações em entidades societárias e não societárias e por fim reclamações, recursos hierárquicos, os processos judiciais pendentes e o seu estado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se algum dos Senhores ou das Senhoras deputadas querem usar da palavra. O Senhor Dário, O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. José tem a palavra.-----

-VINTE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOSÉ SENHOR DÁRIO DE ALMEIDA COSTA (PSD): Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Órgãos da Comunicação Social. Depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, eu não podia deixar de passar esta oportunidade sem vir a esta tribuna para realçar aqui o quanto foi importante o lançamento deste projeto em 2007. Recordo-me que no início, apesar da forte aderência que o mesmo teve, pessoas houve que só depois de terem ouvido os elogios por parte dos vizinhos, da satisfação que as pessoas tinham nos exercícios que praticavam nas suas atividades, essas pessoas aderiram. O que é certo, é que ano para ano, como já foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara este número veio a aumentar e hoje verificamos que os nossos seniores vivem mais saudáveis, têm mais autoestima, têm melhor qualidade de vida. Mas a importância deste projeto é ainda maior também e acabou de o referir o Sr. Presidente da Camara, pela envolvimento das Juntas de Freguesia, as Associações, os Centros de Dia, os Lares, que nas suas comunidades prestam um bom serviço a estas populações. Apraz-me aqui sem dúvida referir o dinamismo, a



dedicação também dos técnicos, pelo seu empenho nos séniores, de facto quando conversamos com essas pessoas, dá gosto ouvi-los falar das atividades, não só da hidroginástica, mas também da ginástica, dos exercícios que eles praticam. É de salientar também aqui que o Município em época difícil como a que atravessamos neste momento, continue a pensar, a valorizar, a investir nos mais idosos, que são aqueles que mais precisam devido às suas dificuldades económicas, mas também aos problemas de saúde, proporcionando-lhes um bem-estar e ao mesmo tempo dando ânimo e coragem, para enfrentarem de facto os momentos difíceis que muitos deles atravessam. Eu aqui também gostaria de fazer referência ao passeio que todos os anos a nossa Câmara Municipal tem proporcionado à Malafaia. É uma coisa que fica e todos eles acabam por durante o ano andar sempre a perguntar, será que este ano vamos à Malafaia? Isto é das coisas importantes que se fazem em Viseu, e eu costumo dizer que não é só fazer obras, esta é uma das grandes obras. Só uma Câmara saudável, com o espírito aberto como a Câmara Municipal de Viseu consegue alcançar na verdade estes objetivos. Como Viseense e representando a Freguesia de S. José, quero agradecer, mostrar aqui o meu reconhecimento pelo trabalho que tem sido desenvolvido, a toda a equipa da Câmara Municipal de Viseu. Muito obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de S. José. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rebelo.-----

-VINTE E UM - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu antes de ir à intervenção deste ponto da atividade Municipal, gostava só de fazer uma nota que ainda tem que ver com o período antes da ordem do dia e que se prende com uma resposta ou esclarecimento que o Sr. Presidente da Câmara fez ao Deputado Gonçalo Ginestal no que diz respeito ao Clube de Judo, que eu não sei se ficou claro para si, parece-me que não, julgo que para a Assembleia terá ficado. A questão obviamente não se colocava nos termos de enquanto durarem as obras no pavilhão pois é evidente, como o Sr. Presidente dizia, quando nós fazemos obras em casa, se não conseguimos lá estar, vamos à procura de uma solução. A questão que o Sr. Deputado Gonçalo Ginestal, é uma questão distinta, tem que ver com o facto de no futuro, depois de remodelado o pavilhão, a dúvida de se está em projeto, pelos vistos no que o Deputado Gonçalo Ginestal qui nos disse, não estará prevista uma área digamos em projeto que se compadeça condignamente com o que é portanto, essa atividade do Clube de Judo de Viseu. Posto isto, então a minha intervenção diz o seguinte: Como é do conhecimento de todos os presentes, o Sr. Presidente da Câmara trás a esta Assembleia no ponto da atividade Municipal, tradicionalmente um tema por Sessão. Hoje falou-nos da atividade sénior. É do nosso ponto de vista um tema importante em qualquer sociedade, até porque somos dos que concordamos com os que dizem que o estado de desenvolvimento de um país, de um território, de uma sociedade também se mede pela forma como são tratados os seus cidadãos mais velhos, de facto concordamos com esta abordagem e assim não podemos deixar de saudar a preocupação que a Autarquia tem com esta faixa etária e nomeadamente, dando-lhe a importância, digamos desta sua intervenção. No entanto, identificamos nesta sua intervenção de hoje dois problemas: O primeiro é que o Sr. Presidente da Câmara, não nos falou digamos de um grande projeto, não nos falou de uma política planeada para um envolvimento inter-geracional, que significasse uma mais-valia concreta para toda a sociedade, como por exemplo a participação dos cidadãos séniores na educação dos mais novos, nomeadamente, com envolvimento com comunidade escolar, no ensino pré-escolar ou no ensino básico, este enfim é um exemplo que acho que podemos deixar, como de facto uma ideia que fosse digamos arrojada e que nos trouxesse por esse arrojo, um motivo de entusiasmo, no fundo uma ideia nova, uma ideia fresca que mobilizasse todos os cidadãos Viseenses e que nos colocasse no mapa e na agenda nacional pelas boas razões que é como sabe a forma como gostamos de estar nestas coisas e não



temos dúvida também o executivo. O que nos foi apresentado hoje, efetivamente este projeto da “Atividade Sénior” é uma iniciativa que é sem dúvida meritória, não fugimos a isso, mas que na realidade esta Assembleia não traz nada de muito novo e percebemos isso pela sua intervenção e portanto, são dez páginas a falar de um tema importante voltamos a afirmá-lo mas que se desenvolve à meia dúzia de anos e que em bom rigor sem querer estar a tirar mérito, mas resumido, e pelos números que nos dá, envolve cerca de mil pessoas todos os anos e se pensarmos também na matemática como o Sr. Presidente nos desafiou a pensar na sua intervenção anterior, enfim, se Viseu tiver 20% da sua população neste segmento etário, portanto superior a cinquenta e cinco anos, estamos a falar de 5% dos cidadãos seniores Viseenses. É importante mas são 5% e é disso que se trata e é bom que as pessoas percebam o que de facto estamos a tratar. Isto por si só não seria dramático se não atendêssemos ao que o Sr. Presidente da Câmara diz na sua intervenção, no seu discurso em que afirma e passo a citar” *sem uma verdadeira compreensão da nossa comunidade corremos o risco de tomar medidas desfasadas da realidade e contrárias às necessidades coletivas dos nossos concidadãos* “e aqui Sr. Presidente é de facto onde nós identificamos o segundo erro, identificamos porque Sr. Presidente e Srs. Deputados, responder às necessidades coletivas dos nossos concidadãos, hoje, do nosso ponto de vista é tratar efetivamente das empresas que às dezenas fecham todas as semanas, é ter no mínimo uma palavra para as empresas que passam por dificuldades é procurar solução para os milhares que vivem a situação desesperante do desemprego, dos muitos que se confrontam com o drama de emigrar, de abandonar as suas casas, as suas famílias, a sua terra. Governar e tomar medidas do nosso ponto de vista que não sejam desfasadas com a realidade como o Sr. Presidente diz, é desde logo identificar quais são os principais problemas das pessoas e eles, mais uma vez no nosso ponto de vista estão claramente identificados. Estão identificados inclusivamente nos estudos e nos inquéritos que são feitos aos Viseenses e que hoje também já aqui várias vezes foram referenciados. Os Viseenses são claros e dizem, a sua principal preocupação é o emprego, é a sua estabilidade financeira de resto julgo que não me surpreende a mim e não surpreenderá nenhum dos membros desta Assembleia. Viseu, não será aqui um oásis no meio de, digamos do deserto, será uma preocupação transversal a qualquer cidade do País, e a qualquer pessoa de facto o problema do emprego. Mas isto é o que os Viseenses dizem, precisamos de mais economia, precisamos de mais atividade promotora de emprego, é isto que de facto os Viseenses se têm manifestado, que têm dito e é isto do nosso ponto de vista que a Câmara Municipal deve dar alguma resposta. Mas para ficar absolutamente claro, até porque esta Assembleia Municipal começou muito bem com a intervenção de um camarada da minha bancada, o Deputado Alexandre Santos ao pôr aqui uma questão que preocupa os Viseenses e pô-la de forma absolutamente restrita digamos, aos factos e sem qualquer politiquice à volta dela, como se costuma dizer e portanto eu também não quero efetivamente fazer na minha intervenção qualquer coisa deste género e portanto lhe digo, o Partido Socialista não lhe exige, nem a si nem ao executivo da Câmara que resolva sozinho o problema do desemprego no nosso Concelho, como é evidente, isso não era, digamos razoável de se fazer. Não lhe exige sequer que resolva sozinho o problema da desindustrialização do nosso Concelho, mas há uma coisa que lhe exigimos, exigimos à Câmara Municipal é que seja uma parte muito mais ativa na procura de soluções destes problemas e isto do nosso ponto de vista Sr. Presidente, tem faltado ao nosso executivo camarário e é disto que o Partido Socialista tem falando incessantemente nesta Assembleia. Aliás eu quero louvar aqui as intervenções do nosso Deputado Pedro Baila Antunes que me parece que muitas das vezes se quer fazer à volta das intervenções deste Deputado, digamos colocar-lhe na boca coisa que ele efetivamente não diz. Sr. Presidente da Câmara já lhe disse, eu pela minha voz várias vezes, não há nesta Assembleia ninguém, mas rigorosamente ninguém que goste mais de Viseu do que os Deputados do Partido Socialista, haverá seguramente gente que gosta igualmente de Viseu, que ama a nossa Terra como nós, mas mais do que nós efetivamente não existe e portanto, nós gostamos de



colocar o problema, de que não, é exigir à Câmara resolver o desemprego, não é exigir à Câmara que se o Conselho não é industrializado a responsabilidade é da Câmara Municipal, mas é efetivamente uma atitude mais pró-ativa. O que infelizmente nós já percebemos Sr. Presidente é que se este executivo, se para ai não esteve virado ao longo destes anos todos, também não é agora nesta reta final que se vai virar para aí, não é! Isso enfim, não nos vai surpreender por aí, agora, o que é que nos resta fazer, pois, nós estamos nesta Assembleia, estamos eleitos pelos Viseenses para aqui defender os seus interesses e portanto temos que vir aqui afirmar, e não se trata dessa história, partilho consigo uma vez mais, ainda na última Assembleia a lhe disse há muitas coisas que nos unem, essa coisa da marca, estou perfeitamente de acordo, mas também deixe-me dizer-lhe aqui claramente que discordo profundamente da forma como nesta Assembleia muitas vezes são tratados Concelhos vizinhos. Eu acho que Viseu até como o Concelho e a Cidade que é, e para concluir, a Cidade de Viseu, o Concelho de Viseu, impõe-se naturalmente como capital do nosso Distrito e nós não temos que andar em pequenas guerras. Sr. Presidente, o Centro Hospitalar qualquer coisa de Viseu, isso faz lembrar o Porto e Gaia, quer dizer, isso não interessa nada, Viseu tem que ser aqui um polo agregador destas forças todas e destes cidadãos todos que vivem aqui à volta. O que o Deputado Pedro Antunes muitas vezes aqui fala é de criar de facto as tais forças motrizes, não tem a ver com marca, tem a ver com indústria, tem a ver com desenvolvimento, tem a ver com emprego, para os Viseenses. Para concluir, nesta reta final como dizia à pouco, enfim já não estamos à espera de muitas novidades, resta-nos portanto pacientemente contar os dias para as próximas eleições e esperar que efetivamente em outubro, se vire uma página, em que se mantenham as coisas boas que este executivo fez pela Cidade, indiscutivelmente fez coisas positivas mas que haja de facto uma outra atenção às questões fundamentais nos tempos de crise que passamos hoje, que são indiscutivelmente o emprego e a economia. Muito Obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel Teodósio.-----

-VINTE E DOIS - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Muito rapidamente, só para dizer ao meu querido amigo João Paulo que trouxe aqui dois grandes equívocos. Primeiro está desatento, não leu a Ordem de Trabalhos, estamos num ponto que diz intervenção escrita do Sr. Presidente da Câmara, não diz aqui plano de atividades, não estamos aqui a discutir plano de atividades, portanto é um equívoco que está aí. O segundo equívoco tem a ver, e se forem recuar a umas Sessões atrás, intervenções que eu disse aqui, eu jamais estando nesta sala irei permitir branqueamentos do passado. Já à bocado tive que vir aqui e eu disse de cada vez que houver isso eu venho cá acima, portanto, sempre que vocês quiserem branquear o passado eu venho aqui acima. Se me fazem vir cá muitas vezes é sinal que gostam das minhas intervenções pelo menos estou livre de fazer essa leitura. O segundo grande equívoco é que vem aqui, a situação do País está como está, o desemprego é um flagelo, e não vamos aqui andar a pegar nas bandeiras deste flagelo para nos dar interesse em termos de processos eleitorais que podem estar à porta, mas que o grande responsável da situação em que estamos, foi o Governo e a política do Partido Socialista. Então os Srs. criam o desemprego, criam esta situação toda económica para estarmos com a situação que estamos depois viram-se para a Câmara, a gente criou os desempregados façam favor agora resolvam-lhe os problemas. São dois grandes equívocos que não se podem deixar passar em claro. Muito obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição, senhor Deputado Diamantino Santos tem a palavra-----

-VINTE E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS SENHOR DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS: Muito obrigado Sr. Presidente, dispense-me dos cumprimentos por favor. Apenas e só um breve



comentário àquilo que ouvimos do Deputado Paulo Rebelo. Eu gostava de lhe lembrar relativamente à questão do pavilhão gimnodesportivo que qualquer dia temos que criar um pavilhão para cada modalidade é o do Basquete, é o do Badminton é o do Andebol. Eu tenho a convicção plena que o Sr. Presidente, até pelo passado desportivo que teve, não vai esquecer o problema do Judo e a seu tempo o Judo há-de ter as suas instalações num pavilhão gimnodesportivo, que é daquilo que estamos a falar, e não vamos aqui criar salas para modalidades. Em relação à questão da “Atividade Sénior” e da prática sistemática da atividade física, eu também não posso deixar passar isto em claro porque de facto, quer dizer o Sr. Vem para aqui com percentagens, Viseu tem não sei quantos habitantes e é só uma percentagem ínfima que faz, está bem, e como era antes à uns anos atrás? Como é hoje o grau de satisfação destas pessoas que participam nesta atividade. Para além disso a criação das vias urbanas que hoje temos, as nossas radiais, é vê-las no tempo bom, Primavera e Verão como é que elas estão, da prática informal das caminhadas, das corridas de manutenção, é para aí Sr. Deputado que eu vejo, e é para aí que nós temos de facto que olhar. Eu percebo a vossa intenção, vocês são Partido Socialista, são o partido da oposição, mas aqui o que está em causa é de facto os interesses Municipais, e estas verdades não se podem esconder Sr. Deputado, assim como a questão do emprego, parece que a Câmara Municipal é uma centra de emprego. A Câmara Municipal tem criado condições de vida para que de facto a Cidade, e isso orgulha-nos a todos nós que seja considerada “A MELHOR CIDADE PARA SE VIVER” ponto final e até aí. E isso é indesmentível por todas as pessoas que nos visitam. Portanto eu acho, enfim quer dizer, os Srs. podem argumentar aquilo que quiserem, mas cheira-me ou parece-me uma teimosia excessiva e obsessiva em não querem reconhecer aquilo que de bom a Cidade tem. E sobre isso, eu estou a dizer-lhe que eu pessoalmente como cidadão gosto imenso da minha Cidade. Muito obrigado.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado João Paulo Rebelo, para uma segunda intervenção no ponto 1.-----

-VINTE E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente, muito rapidamente para dizer que depois destas duas intervenções, da bancada do PSD, eu, enfim, acho que reforço uma ideia que tenha de que fui claro, porque o Sr. Deputado Manuel Teodósio, voltou a fazer que fez ao início desta Sessão e com legitimidade, que aqui não á ninguém que se queixe de Liberdade de Expressão e portanto com toda a legitimidade faz o que entende do meu ponto de vista, do nosso ponto de vista, muito mal. É de facto como o Alexandre Santos disse, lá fora as pessoas, já estão fartas desse tipo do empurra do agora a culpa e vossa, eu não queria entrar Sr. Deputado mas obviamente que me obriga aqui também a pôr uns certos pontos nos is. Eu não queria porque quer dizer, nós vemos e ouvimos as televisões, vemos os jornais, ouvimos as pessoas na rua e quase que nos parece estarmos dispensados de o vir aqui fazer. Este Governo leva quase dois anos de existência, não acerta uma previsão, o País está muito e muito pior, e é reconhecido por todos do que ao que estava há dois anos atrás, o Sr. Deputado continua a dizer, não há mais desemprego, não há mais falências, não há mais dívida Sr. Deputado? É que hoje há mais dívida e toda a gente sabe que em percentagem do PIB assim é, e eu estou a dizer a verdade e portanto acho que nem vale a pena, estamos a falar e gostava de nos concentrar de facto, que nos concentrássemos nos problemas do Concelho. Sr. Presidente de Junta de Coração de Jesus, caro Deputado Diamantino, eu não vim aqui dizer, apetecia-me quase pegar aqui na minha intervenção e ler, quantas vezes utilizei a palavra meritória desta “Atividade Sénior” quantas vezes, eu afirmei-o aqui, nós temos orgulho numa série de coisas que acontecessem em Viseu, por favor, reconheçam ao Partido Socialista nesta Assembleia, a postura que tem tido pelo menos ao longo deste mandato de ser e de procurar ser de facto uma ajuda ao Município no trabalho que desenvolvemos aqui nesta Assembleia. A nós não nos custa, pelo contrário reconhecemos as coisas boas que em Viseu existem e que são mérito, e reconhecemos e aplaudimos por exemplo a modéstia do Sr. Presidente de Câmara que ainda há pouco na



sua intervenção disse que não somos nós Câmara. Disse-o. É toda a comunidade, são todos os Viseenses, é evidente que sim somos todos e com responsabilidade particular do Executivo. Há coisas positivas que estão feitas e que nós reconhecemos, agora também não queiram espetar a cabeça na areia, não é, e fingir que as lojas e o comércio não fecham na rua. Mas toda a gente aqui conhece senão familiares, amigos que estão a emigrar, que estão a sair do nosso Concelho, que estão a ir para fora do País. Isto é um drama, e eu não foi como disse o Sr. Presidente de Junta, eu não vim aqui assacar responsabilidades ao Sr. Presidente da Câmara, eu disse só que a Câmara e é o nosso entendimento, e daqui não sairemos nunca, a Câmara Municipal pode dar um contributo, a Câmara Municipal pode ter uma atitude pró-ativa na procura de soluções a este drama, a este flagelo. A responsabilidade não é da Câmara Municipal, mas pode dar uma ajuda. Muito obrigado.--

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Sr. Deputado Manuel Teodósio para uma segunda intervenção no Ponto 1-----

-VINTE E CINCO - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente muito obrigado. Muito rapidamente, não vou entrar em grandes pormenores, esta situação de falinhas mansas e outras coisas do género, as pessoas também já perceberam, mas obviamente, há coisa que não podia deixar passar aqui em claro. Vir aqui afirmar que o País está pior hoje do que quando os Srs. abandonaram o Governo, isto é uma blasfémia já, quer dizer, vocês, ainda bem, eu gosto que as pessoas fiquem bem-dispostas, ainda bem, é pena que por maus sinais. Os Srs. Deixaram o País na banca rôta, não havia crédito em termos exteriores, eu tenho que repetir a história, eu já vos disse que venho cá repetir as vezes que forem necessárias até os Srs. aprenderem, há alunos que aprendem à primeira, outros à segunda, outros à terceira, à outros que nunca aprendem, pronto, tenho esperança que um dia até sejam capazes de conseguir aprender. Não havia ninguém a emprestar dinheiro a Portugal, a não ser a um juro altíssimo que como sabem era o grande problema de tal forma que tiveram que atirar com a toalha ao chão. Hoje Portugal já voltou aos mercados internacionais, voltou a ter credibilidade, e cada vez que Portugal põe à venda dívida pública, temos quatro ou cinco vezes mais procura do que a oferta que se lá tem. Esta é que é a verdadeira avaliação que é feita pelos outros países todos, não é avaliação que cada um de nós aqui faz, obviamente que as pessoas vêm aqui fazer essa avaliação, e obviamente que não sou eu que estou a fazer essa avaliação, esta avaliação é dada internacionalmente e que é reconhecida por todos. Obviamente não estou com isto a dizer que o desemprego é menor, o desemprego aumentou, houve situações complicadas mas isto era mais que previsível, os próprios estudos apontavam para isso, se estamos com uma intervenção Extrema em que não temos Liberdade de fazer decisões em termos organizacionais, porque enquanto não nos libertarmos das amarras que os Srs. puseram neste País, obviamente que há aqui coisas que não são surpresa, se calhar podia-se pensar que chegava aos dezasseis e tal chegou agora aos dezassete, já estamos a falar aqui de “peanuts”, já estamos aqui a falar de coisas de pequena monta. Agora dizer que a dívida que é maior, quem é de matemática e sabe fazer contas com facilidade. Uma coisa é a percentagem da dívida em termos de PIB, outra coisa é a dívida em si mesma. É que efetivamente com a recessão com que o País está, há menor Produto Interno Bruto pois por isso parece que a dívida é maior, mas a dívida não é maior, em termos percentuais a dívida é menor, a partir do momento em que, basta aumentar o produto Interno Bruto e mantendo-se a dívida, em termos percentuais a dívida diminui, portanto isto são questões de economia com a matemática que tem por trás, portanto é bom que estas coisas fiquem claras. Também registei com agrado a vossa disciplina e a vossa democraticidade em não me interromperem, obrigado por isso.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado, dou agora a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.-----

-VINTE SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Apesar de não estar bem a minha voz está melhor, isto demonstra a minha solidariedade numa deputada Municipal,



que embora o partido queira que eu perca o pio, ela fez-me chegar um reбуçado para a garganta e eu agradeço à Deputada do Bloco de Esquerda por isso. Mas eu queria dar respostas e algum comentário, naturalmente em relação à primeira situação. Há uma coisa que deixo aqui claro, o Judo de Viseu não ficará sem instalações. Acabar o processo da Câmara, naquelas instalações ou noutra qualquer a Câmara dará resposta ao Judo. Nós passamos a vida a realojar pessoas, portanto não desalojamos ninguém para depois não voltarmos a realojar, fica aqui o compromisso. Depois eu gostaria de passar à questão e dar um esclarecimento, eu não sei se o João Paulo percebeu que estava a falar apenas da “Atividade Sénior” em termos desportivos? É desta que estamos a falar. A “Atividade Sénior”, de Viseu não se esgota aqui nem de perto nem de longe, é muito mais vasta, mas muito mais vasta. A quantidade de eventos que fazemos com os séniores, é muito mais vasta do que esta que estava a falar. Portanto fazer matemática, se são mil que se predispõem numa atividade organizada a fazer desporto é muito bom, mesmo muito bom, portanto são mil e tal. Sete mil e tal a dividir por seis, dá mil e tal. Portanto é muito bom estamos a falar da “Atividade Sénior”, apenas no aspeto desportivo, mas já agora queria dizer outra coisa, eu aprecio muito as intervenções do João Paulo, quando ele sobretudo assume aquela faceta de virgem ofendida, quer dizer, o João Paulo chega ali e diz tudo de uma forma muito mansa é verdade, mas depois vejam lá que a gente não queria dizer isso. O João Paulo eu queria dizer com toda a frontalidade, eu admito que seja um alívio par o Partido Socialista, estar a contar os dias até outubro, mas há uma coisa que posso aqui deixar a garantia, eu não irei vender aspirinas para a Venezuela, que fique aqui bem claro, nem vou fazer formação para Paris, não vale a pena. Que fique aqui bem claro, saio daqui com o dever cumprido e mais, que fique bem claro também, a olhar por cima sem nenhum problema, ninguém me encosta à parede. Hei-de sair daqui a dar daqui os melhores vinte e quatro anos de minha vida a este Concelho, portanto calma lá, eu sei que estão aliviados, mas é bom que não menosprezem quem se dedicou a este Concelho de alma e coração, portanto eu gostaria de aqui deixar isto bem claro. Nós fazemos esta atividade e depois vêm a seguir também de quem não conhece. *Vocês não fazem planeamento*, fazemos, fazemos, só quem por exemplo não assistiu, e dava apenas este exemplo porque é fresco, com o desfile de Carnaval é que não viu uma quantidade de cidadãos séniores, com os miúdos da escola, com mais de dois mil miúdos que fizeram o desfile, enquadrados com cidadãos também de instituições que dão resposta aos cidadãos séniores. É melhor conhecer esta situação, mas voltamos à questão, que eu sei que é fácil dizer-se assim, *mas vocês têm que tratar do emprego*, pois está bem, mas como é que isso se faz, tratar do emprego! Eu só conheço isto. Isto é publicado no jornal de hoje, está aqui a situação do emprego, o Jornal de Negócios de 28/2 de 2013. A situação de Viseu neste panorama complicado é ótima, também é da minha responsabilidade, também é da minha responsabilidade pela via indireta, porque a conceção que eu tenho de Câmara e também já não estou em condições de mudar, é que a Câmara tem que criar as condições e assumir-se como a entidade facilitadora, a Câmara cria os empregos que cria e mais nada, depois tem que quando os investidores se predispõem, tem que lhe arranjar as condições. Por isso é que criámos os parques industriais, por isso é que fazemos as vias rodoviárias quando os investidores investem e não mais do que isso. Já agora outra questão para ficar bem clara também. Nós nunca trouxemos aqui nenhuma guerra com os Concelhos, não admitimos e não fugimos se elas vieram, que fique bem claro. Hoje mesmo possivelmente com a aprovação dos vereadores do Partido Socialista na Câmara, eu fiz aprovar uma deliberação em que a CIM, tem que se chamar CIM da Região de Viseu, eu exijo isso e podem dizer-me que está tudo bem, que todos os elementos, os tais amigos do Concelho de Viseu, votaram todos em que aquilo se chame Dão Lafões, mas eu quero que ela se chame CIM da Região de Viseu, à semelhança do que aconteceu com a CIM da Região de Leiria, à semelhança com a CIM da Região de Coimbra, e à semelhança com a CIM Região de Aveiro. E portanto eu percebo muito bem, eu não preciso que me assobiem para estar atento, e mais, reivindicámos uma outra coisa, que a CIM faça as malas para vir sedear-se



em Viseu e até indicamos a Sede do antigo Governo Civil, que venha para cá, e portanto não ando a dormir, eu não faço guerra com ninguém, antes pelo contrário. Então mas a maior parte dos eventos que se passam por aí foram bebidos aonde? Se forem ver por aí, todos os Concelhos têm uns Jogos Desportivos, mas em número são todos inferiores aos de Viseu, foram todos bebidos aqui. Todos os Concelhos fazem as Marchas Populares, portanto, nós não agredimos ninguém. Mais, somos responsáveis por um sistema multimunicipal que dá água a três Concelhos vizinhos, sem reivindicar nada, mas reivindicamos que nos tratem com respeito. Eu não admito, que fique bem claro, possivelmente iremos falar disto, eu não admito a ditadura dos pequenos Municípios em relação ao nosso, já agora uma outra coisa, não tenho essas funções felizmente para mim, não estarei cá, mas não é nenhuma CIM que manda no Concelho de Viseu. Só admito esse mando quando a CIM for eleita, e quando não for eleita, não manda em mim e portanto é bom que fique claro. Podíamos ter aqui alguém sem bigode, muito mais bonito, mais dócil e com certeza, que eu também gostava de ser mais dócil, mas há uma coisa que eu não gosto, trato todas as pessoas com respeito, embora com este ar direto, mas não deixo que ninguém me ponha a pata em cima, e portanto, como o padrinho do tal Centro Hospitalar nos apanhou distraídos, que não nos apanhe agora mais. Apanharam-nos distraídos, confiámos nas pessoas, depois batizaram à medida das circunstâncias, portanto nós não queremos e portanto olhem enquanto eu tiver esta voz, e agradeço à Manuela que traga mais rebuçados, eu irei ao Ministro para reivindicar a mudança da designação do Centro Hospitalar e irei ao Ministro outra vez também para que a CIM passe a ter um nome exatamente igual às outras, porque em boa verdade e não estou a pedir demais, porque possivelmente outros virão com desculpas esfarrapadas. Olhem, cá está a marca. Se perguntarem a um cidadão do Sul, se lhe disserem marca Viseu ou marca Dão Lafões, ele tem alguma dificuldade em localizar que a primeira é mais perceptível, é mais forte, é mais importante, de certeza que não e portanto nós vamos reivindicar aquilo e se os outros ficam aborrecidos, paciência, só têm um remédio. Esta postura, sobretudo neste tipo de relações, privilegio muito, a figura do algodão, é melhor não enganar ninguém, portanto eu estou aqui exatamente para defender estes interesses e se os Concelhos vizinhos acharem que isto não lhes é muito favorável, paciência, não estou para pedir aos meus Municípios por exemplo que paguem a recolha do lixo a trinta e oito euros, quando ela pode ser a vinte e oito apenas por solidariedade com os vizinhos. Os Senhores consentiam isso? Nós associamo-nos para termos mais facilidades, nós associamo-nos para termos benefícios, não nos associamos para sermos prejudicados. Estarei de alma e coração em qualquer associação desde que ele convirja para a melhoria da qualidade de vida do cidadão de Viseu. Se ela eventualmente me prejudicar, só tenho um caminho, ou refilo e as coisas são postas no lugar ou saio. Portanto, comigo vai ser assim, também já não vai demorar muito tempo, são mais sete meses até agosto ou até setembro e portanto, quem quiser mudar o disco que o faça.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Sr. Presidente, esgotámos o ponto 1, da Ordem de Trabalhos, vamos passar ao ponto 2. “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo de autorização prévia concedida no âmbito da Lei dos Compromissos.” A apresentação está feita.-----

-VINTE SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Sr. Presidente se me permite, não é para me estar a furtar a falar, embora o esteja a fazer com alguma dificuldade. Mas todos os pontos desta Ordem de Trabalhos, têm no preambulo a explicação, todos. Portanto, eu diria que todos eles têm a explicação que é aquela que eu daria, limito-me apenas a ler e portanto eu remeteria todas as explicações, para o que está aí, penso que fornecemos isto à Assembleia Municipal, tudo isto, e têm na deliberação a resposta e a explicação aquilo que pretendemos.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito bem, portanto em relação ao ponto 2, alguém se quer pronunciar? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por



unanimidade.----- O ponto 3, presumo também que o Sr. Presidente não irá usar da palavra, pela fundamentação que está. Pergunto se algum dos Senhores deputados se quer Pronunciar pelo ponto 3? Não tenho numa vontade nesse sentido. Vou pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Passamos ao ponto 4, este sim, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU”**. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar então o ponto 4.-----

-VINTE OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Sr. Presidente tem apenas a ver com a redução da tarifa de ligação, ela é diminuída em 20% portanto ela é reportada ao Valor Patrimonial. Uma redução, portanto nas tarifas de ligação, para digamos atualizar ou para não prejudicar os Cidadãos da atualização do Valor Patrimonial.-----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Junta primeiro depois a Senhora Deputada. Tem a palavra.-----

-VINTE E NOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOA ALDEIA SENHOR ANTÓNIO BAPTISTA NEVES (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Comunicação Social, Público, é só um elemento, mas também uma referência. Em primeiro lugar Sr. Presidente, gostaria de agradecer os votos de parabéns, para mim foi uma surpresa porque eu pensava que vocês não sabiam, mas pronto é um dia importante, dia 28 de fevereiro, é o dia em que fica assinalado pela ida embora de um Papa, que há seiscientos e tal anos que isto não acontecia, portanto, vai ficar na história também. Relativamente a este ponto em apreciação, e como representante nesta Assembleia de uma Freguesia Rural, gostaria de aproveitar este momento para salientar o quanto é importante para as nossas populações, esta redução, de 20% creio eu, nas ligações do saneamento, o que traduz acima de tudo um incentivo à utilização das às infra estruturas que o SMAS coloca à disposição dos Municípios que como sabemos implica avultados investimentos. Nós sabemos que principalmente nos meios rurais, aqui não, na Cidade, nós compramos um apartamento e a ligação já está feita, já pagamos com certeza o preço disso no apartamento. Nas Freguesias, principalmente as Rurais, como sabem temos agora quase todas com a cobertura de saneamento básico, saneamento e água, pelo menos na minha Freguesia isso acontece, estamos quase com uma cobertura a 100%, a que não está coberta, são habitações construídas em locais que não é possível, a ligação aso coletores, mas que realmente temos que admitir que era bastante pesado, os Municípios queixavam-se, efetivamente, era um encargo muito grande a ligação do saneamento e água. Embora a Câmara tivesse também para as famílias com mais dificuldade financeira, fazia abatimentos, como é óbvio, desde que as pessoas provam-se essas dificuldades financeiras. Mas seja como for, nos tempos tão difíceis como os que decorrem agora estamos a viver, acho que é uma medida importante, para as pessoas, para as famílias que eventualmente queiram e que ainda não tenham as ligações feitas, que as posam requisitar à Câmara e daí, acho que é de louvar esta decisão que a Administração Camarária tomou neste sentido. Muito obrigado.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Presidente da Junta, dou agora a palavra à Senhora Deputada Maria Manuela Antunes para intervir neste ponto.-----

-TRINTA – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE) Boa tarde a todos e a todas novamente, antes de passar ao ponto, queria agradecer as palavras amáveis do Sr. Presidente em relação à minha pessoa, sabe que poderá contar sempre comigo, apesar de as ideologias serem completamente diferentes, mas quando se trabalha para as pessoas eu estou sempre disponível sejam quais forem as ideologias que estejam em causa, e é esse o meu papel enquanto cidadã de Viseu, nascida e criada no



centro da Cidade na qual mantenho ainda a minha residência no centro desta Cidade. Em relação ao ponto 4 o Bloco de Esquerda não vai votar contra, como é óbvio, porque acha que é importante a redução desta taxa de ligação, considerando que é uma taxa obrigatória, a ligação é obrigatória, apenas temos a considerar que com a subida dos Valores Patrimoniais, se na realidade, esta taxa vai ter algum peso, ou seja se vai aliviar realmente as pessoas. É só esse reparo que eu queria, se realmente na realidade, o valor real do pagamento se realmente baixa. Portanto era só esse pequeno reparo, que realmente vamos votar a favor esta redução como é óbvio.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Sr. Presidente da Câmara para responder.-----

-TRINTA E UM SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Rapidamente Sr. Presidente, até porque é uma resposta à pergunta que a Deputada Manuela aqui deixou. Esta redução é cautelar, por uma razão, nós não sabemos ainda o resultado final das avaliações do IMI. Aliás, eu já fiz declarações a dizer que os Municípios, nomeadamente o nosso Município, deviam ser mais envolvidos, porque há avaliações com as quais eu discordo, embora sejamos nós o sujeito ativo do imposto, acho que a Autoridade Tributária, devia contar mais connosco e com as nossas posições, o que não tem acontecido. Eu conheço algumas avaliações das quais sou Testemunha presencial que foram feitas, atirando o ónus para o contribuinte. O contribuinte é que tem que explicar porque chegou àquele valor e atirando-lhe um ónus, e portanto, nós estamos com alguma cautela digamos em relação a estas avaliações. Esta redução de vinte por cento, eu espero que ela possa ser transitória, porque mal tenhamos os resultados finais do IMI, se eles aumentarem de acordo com aquilo que é dito, e que tenho algumas dúvidas mas pronto, nós faremos a redução em relação ao aumento real. Portanto esta é apenas transitória, porque não sabemos de facto as contas finais. Não sabemos nós e neste momento a Autoridade Tributária pode não saber porquê? Há muitos processos ainda em curso, de recursos e uma boa parte deles podem ser recursos que têm abertura por parte da Entidade Tributária. Por exemplo quando se faz uma avaliação pelo registo predial de uma casa de 1913 que já não existe, naturalmente que é atendível esse recurso e ele é atualizado, e portanto, temos que esperar pela avaliação final dos prédios para fazermos esta redução e indicarmos a taxa adequada.

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Presidente. Vou então por à Votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado também por unanimidade.* Passamos então ao ponto 5, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“ORÇAMENTO (RECEITAS) DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA 2013 – RETIFICAÇÃO”**. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

-TRINTA E DOIS - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Sr. Presidente, só referir uma coisa. O que está aí, não é lapso, é mesmo uma retificação. Os Serviços Municipalizados. E eu digo isso com todo o gosto, detetaram que trocaram um registo, apresentaram à Assembleia, e a Assembleia já o aprovou, portanto, já deixaria de ser da responsabilidade dos serviços, mas detetaram e pediram se achava bem que o trouxessem de novo à Assembleia, portanto está aqui, é digamos um erro permutativo, não tem influência nenhuma no resultado, mas estava incorretamente registado e portanto o responsável pela contabilidade, pediu para ser retificado, e é apenas isto.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Não tenho nenhum pedido nesse sentido. Vou por à votação.-----

Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado também por unanimidade.*-----
Passamos então ao ponto 6, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“VISEU SOLIDÁRIO – REGULAMENTO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO”**. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

-TRINTA E TRÊS - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Tem a ver exatamente com a prioridade às vítimas de violência doméstica. Não constavam no regulamento anterior,



como nós assinámos com o Governo um protocolo, em que nos envolvíamos também na resposta a essa situação, tivemos que o colocar no Regulamento Municipal.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre este tema? Vou por à votação.-----
 Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado também por unanimidade.*-----

Ponto 7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **"HABISOLVIS, E.M., EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU: REGULAMENTO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO"** Dou a palavra ao Sr. Presidente. É a mesma coisa, pergunto se alguém se quer pronunciar pelo ponto7? Não tenho nenhum pedido. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado também por unanimidade.*
 Passamos ao Ponto 8- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **"HABISOLVIS, E.M., EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU: ESTATUTOS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO"** Também não necessita de apresentação?-----

-TRINTA E QUATRO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta é exatamente a resposta à questão que Senhora Deputada Manuela há bocadinho colocou. Esta é uma Empresa Municipal e portanto, necessita de alteração.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA. Exatamente. Quer se pronunciar? Tem a palavra Senhora Deputada.-----

-TRINTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE) Peço desculpa. Vou entregar uma declaração de voto no final, portanto eu vou basear a minha intervenção na declaração de voto. Portanto, a Câmara Municipal de Viseu, aprovou a alteração dos Estatutos da "HABISOLVIS, E.M.", procurando adequá-los à Lei nº 50 de 31 de agosto de 2002. Sucede que, esta adaptação não cumpre cabalmente os seus objetivos e viola uma série de disposições da Lei nº 50 de 2012 de 31 de agosto do Código das Sociedades Comerciais, desde logo porque a "HABISOLVIS", não assume de forma inequívoca a natureza de Sociedade Comercial, conforme exigido pelo art.º 19º nº1 da Lei nº 50. Assim, importaria que a "HABISOLVIS E.M.", passa-se a revestir a natureza de Sociedade Comercial, art.º19 nº1 da Lei 50, devendo assumir a forma de uma Sociedade de Responsabilidade Limitada, art.º 19 nº6 da Lei 50, o que não sucedeu de forma clara, pois apenas se refere no art.º 6 da proposta de Estatutos, a divisão do capital em ações nunca no entanto se indicando expressamente a indicação de que forma de Sociedade Anónima. Deveriam de constar dos estatutos, os elementos exigidos pelo art.º 9º do Código das Sociedades Comerciais e dos art.º 199º ao 272º do referido Código, conforme opção tomada quanto ao tipo de Sociedade. Sublinhe-se que a nova designação ou razão social, deveria cumprir os requisitos do Código das Sociedades Comerciais incluindo ainda a indicação, eu peço desculpa, eu sou Professora de profissão e mete-me muita impressão, pessoas numa Assembleia, eu estou a falar para várias pessoas porque já várias vezes o telemóvel tocou, e o telemóvel não deveria ter som. Não digo desligado, mas não deveria ter som. Peço desculpa, não queria ofender ninguém. Incluindo ainda a indicação da sua natureza Municipal E.M. no art.º 19º nº5 da Lei 50, 2012 de 30 de agosto. O artigo vigésimo da proposta de estatutos, continua a referir-se, a capital estatutária, conceito próprio das antigas Entidades Empresarias Municipais, que não têm assento na Lei nº 50, nem no Código das Sociedades Comerciais e portanto não aqui utilizável. O não cumprimento desta exigência, do art.º 19 nº 1 que já foi aqui referido anteriormente, no prazo referido, hoje é o último dia, poderá determinar a obrigatoriedade de dissolução da "HABISOLVIS", art.º 70 nº2 da Lei nº 50, com todas as consequências que daí advirão para o endividamento Municipal, para a subsistência das relações laborais dos trabalhadores da empresa e para o próprio desenvolvimento do Concelho. Eu queria referir o seguinte: Como é óbvio, eu como Deputada Municipal, acabadinha de chegar à Assembleia Municipal, esta declaração de voto, teve o apoio do jurista do Bloco, depois portanto depois qualquer esclarecimento, como eu não domino todas as matérias, como seria óbvio, e assumo publicamente porque é óbvio que nem todos



nós dominamos todas as matérias, portanto, qualquer tipo de esclarecimento mais aprofundado teria que ser sempre com o Jurista do Bloco. Deixo pois na Mesa a declaração. Obrigado.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada, eu não sei se algumas das Senhoras ou dos Senhores Deputados, quer também se pronunciar? Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

-TRINTA E SEIS - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Sr. Presidente, só para referir, que tal como essa Senhora Deputada, nós também nos socorremos dos Juristas da Câmara, naturalmente que não fizemos nada sem uma informação jurídica concreta, e pronto não temos nenhum problema em assumir que a “HABISOLVIS”, é de facto uma Empresa Municipal daquelas que não vai ser encerrada, e portanto também, daí que, fizéssemos a separação, trouxéssemos a “HABISOLVIS”, e não trouxéssemos a “EXPOVIS”, exatamente por esse motivo, porque a análise, que o determinou, é uma análise técnica e é aquela que nós invocamos apenas.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Presidente. Vou então por à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, *foi aprovada com 40 votos a favor, 9 abstenções e um voto contra.* -----

Passamos ao ponto 9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Viseu sobre “MAPA DE PESSOAL DA CMV PARA 2013”.-----

-TRINTA E SETE - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Peço desculpa, só para dizer que é o Mapa que esta Assembleia Municipal aprovou em 21 de dezembro de 2012.--

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Feita a apresentação, alguém se quer pronunciar? Como não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou pôr portanto à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Passamos agora ao ponto 10 da Ordem de Trabalhos, que podem ser tratados em conjunto. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE EDUCAÇÃO SOCIAL” e outro “CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR- ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL”, portanto 10 E 11, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar os dois pontos.-----

-TRINTA E OITO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: A apresentação é a mesma, junto ao Quadro de Pessoal que a Assembleia aprovou.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito bem. Estão em apreciação, pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados se quer pronunciar? Vamos votar primeiro o ponto 10. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* Vamos agora votar o ponto 11. Quem vota contra? Quem se abstém? *Igualmente aprovado por unanimidade.*-----

Passamos ao Ponto 12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “1.P.N.- INSTITUTO PEDRO NUNES – ADESÃO” Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar.-----

TRINTA E NOVE - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Sr. Presidente, demoramos aqui mais algum tempo, para explicar da importância que atribuímos a esta decisão. Nós decidimos aderir ao Instituto Pedro Nunes, de certo modo para prevenir a situação da futura incubadora que neste momento estamos a requalificar na Rua do Comércio e portanto, contamos muito com a colaboração do Instituto Pedro Nunes, como sabem um Instituto de créditos e méritos garantidos, para depois de facto, se envolver connosco na incubadora de empresas que estamos a fazer e espero terminá-la também muito rapidamente na Rua do Comércio.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Presidente, pergunte se há alguém que se queira pronunciar? Sr. Deputado Pedro Ruas para uso da palavra. ---

-QUARENTA - SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PPD/PSD): – Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu,



Excelentíssimos Srs., Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssima Senhora Vereadora e Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Deputadas, Caros Deputados, Público aqui presente e Comunicação Social. Como é do conhecimento geral, a Câmara Municipal de Viseu, através do instrumento Sociedade de Reabilitação Urbana, Viseu Novo, apresentou o projeto de requalificação da antiga Sede dos Bombeiros Voluntários de Viseu, situada na Rua do Comércio. Para tal, o Município elaborou, um plano para reabilitação do espaço para que este tenha as necessárias condições de habitabilidade e de funcionalidade, preservando e recuperando as fachadas de um edifício histórico. A obra está orçamentada em cerca de setecentos mil euros, e deverá estar concluída num prazo de ano e meio julgo eu, e representa mais um projeto de reabilitação do Centro Histórico, uma forte preocupação do Executivo, na recuperação da Zona Nobre da Cidade. Isto, só por si, seria já uma boa notícia, mas se tivermos em consideração a pretensão do executivo em transformar este espaço numa incubadora de empresas, nomeadamente para as denominadas indústrias criativas, então estamos perante um projeto que tem particular acutilância. Este projeto estruturante, contribuirá indubitavelmente para o ecossistema socioeconómico do nosso Concelho, atingindo vários objetivos, entre os quais criação de emprego e riqueza, incentivo à comunidade empreendedora, comercialização e desenvolvimento de tecnologia, diversificação da economia local, constituição e aceleração de crescimento de indústrias locais, criação e fixação de negócios e revitalização da nossa comunidade. Para cumprir estes objetivos elencados, a Câmara Municipal de Viseu, para além de constituir a incubadora em sentido estrito, pretende fazer o acompanhamento subsequente através de um acelerador de empresas que será contíguo à incubadora. No entanto, considerando que muitas das incubadoras criadas em Portugal, foram iniciativas fracassadas em virtude da pouca qualidade das mesmas, tendo sido reconduzidas à qualidade de meros espaços, a Câmara Municipal de Viseu, procurou um parceiro de referência mundial que visa acrescentar a qualidade para o sucesso do projeto. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Viseu, propõe a esta Nobre Assembleia a adesão ao Instituto Pedro Nunes. Este Instituto é uma referência mundial e orgulhosamente português. Tendo sido considerada a sua incubadora a segunda melhor do Mundo nomeadamente na conferência internacional organizada pela "Thecnopolicy Network". Este ninho de sucessos foi distinguido porque as empresas que ali nasceram, apresentaram uma taxa de sobrevivência superior a 80%, geraram lucros relevantes e criaram muitos postos de trabalhos qualificados. Vejamos os casos notáveis como a "Critical Softwar", a "Crioestaminal" ou "Space Technologies" empresas com BI Português e com clientes de peso, em diferentes pontos do globo. Com este parceiro de reconhecida qualidade, está aberto o caminho para uma incubadora e aceleradora que promova o desenvolvimento da nossa Região, que estimule os jovens criativos na criação do próprio emprego, que fixe massa crítica, que dinamize o microsistema do Centro Histórico, que promova o networking, através das instituições de ensino superior, das escolas profissionais e outro tipo de escolas e também o networking com as empresas no desenvolvimento de novos produtos e novas soluções o denominado "Spin off". Excelentíssimos Senhores Deputados, este projeto do Executivo demonstra bem a nossa ambição, porque nós não queremos apenas o presente, sonhamos com o Viseu do futuro. -----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Manuela Antunes.-----

-QUARENTA E UM – SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Ora bem, também é só um pedido de esclarecimento, até porque também vamos votar a favor, e reconheço a grande qualidade deste Instituto, porque tive o cuidado de ver, e a maior parte das cidades, principalmente a Região Centro já aderiram e Viseu parecia até que ficava ali mal não ter aderido. A questão é que eu estive a ler os Estatutos do Instituto Pedro Nunes e percebi, e se estiver errada, agradecia que me corrigissem, que cada parceiro subscreve uma quantidade de unidades de participação,



certo. Penso que é a Universidade de Coimbra que está excluída até de pagamento. Portanto, cada unidade a 2500 euros, aquilo que eu perguntava é se já há noção de quantidade. Isso é mesmo por desconhecimento e portanto é só um pedido de esclarecimento que eu gostava.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Alexandre Santos tem a palavra.-----

-QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA G. DOS SANTOS (PS): Vou dispensar os cumprimentos que já tive a oportunidade de apresentar, e mais uma vez antes de ir direto à questão do Instituto Pedro Nunes, o Senhor Presidente da Câmara à pouco referiu, uma questão que foi aqui trazida por mim, que foi a questão da recolha dos lixos, e só queria deixar aqui um esclarecimento, provavelmente expressei-me mal ou transmiti mal aquilo que queria passar. A minha única questão relativamente à recolha dos lixos era saber se havia já a noção do valor da recolha do lixo fora do perímetro Urbano, portanto, que não estaria contemplado no concurso. A partir do momento em que apurado esse valor seja compensatório para Viseu, é um bom ato de gestão e daí o Partido Socialista totalmente de acordo. Questão da solidariedade, poderia vir em casos idênticos, em valores idênticos poderia haver a questão da solidariedade. Agora para casos de valores díspares, naturalmente que a Câmara faz muito bem em arranjar preços mais baixos para os Municípios de Viseu pagarem. Nessa questão nada a apontar. Relativamente à questão do Instituto Pedro Nunes é de facto uma Instituição de referência e como costuma dizer o povo na sua infinita sabedoria, *“junta-te aos bons e serás como eles”* e portanto o nosso aplauso para esta iniciativa, até porque de facto este Instituto Pedro Nunes, é um Instituto a quem eu já tive o prazer de estar ligado em 98, já há bastantes anos, e já nessa altura dava passos bastante seguros e daí para cá tem sido de facto um percurso de sucesso que eu espero que também possa contagiar o nosso Concelho, contagiar de facto a dinâmica da Câmara Municipal nesta sua iniciativa. O Pedro Ruas falava há bocado do reconhecimento internacional do Instituto Pedro Nunes e de facto, eles em 2010 até ganharam mesmo o prémio de melhor incubadora de base tecnológica a nível mundial portanto é uma Instituição de referência. De referir também aqui que de facto o PS era uma técnica que já vinha a debater, esta questão das incubadoras, da importância de apostar nas incubadoras, para se criarem os tais “Spin off” para se dar condições para que houvesse iniciativas empreendedoras por parte de pequenos agentes, para que pudessem crescer de forma sustentada e portanto o Sr. Presidente já terá dito aqui nesta Assembleia que o PS que atire as ideias, que as boas eu vou lá e agarro-as, e portanto, agarrou de facto uma boa ideia, é de facto uma boa iniciativa e portanto penso que será uma associação de sucesso e aponta de facto no caminho que é o caminho do futuro, de facto já há muito tempo que se sabe que o caminho, que o novo paradigma económico assenta na inovação e na tecnologia e portanto, é de facto um bom apontar de caminho para a Câmara Municipal e nós, mais uma vez não temos qualquer tipo de problema em dar aqui os parabéns por esta iniciativa e esperamos que seja uma iniciativa de sucesso e que permita que os Viseenses possam criar mais empresas, gerar mais riqueza e tornar mais rico o nosso Concelho. Muito obrigado.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Jorge Adolfo tem a palavra.-----

-QUARENTA E TRÊS - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS): Uma vez mais boa tarde a todos. E é quase dois em um, uma grande Instituição num edifício que é recuperado no Centro Histórico de Viseu ou seja é uma iniciativa que devemos louvar porque efetivamente aquela Rua, a Rua do Comércio, mais popularmente conhecida como Rua do Comércio que é a Rua Luís Ferreira, que foi Presidente da Câmara de Viseu para quem não sabe, Governador Civil, portanto uma figura ilustre da Monarquia, é uma Rua com características muito próprias e portanto eu não gostava ficar aqui associado só aos monumentos megalíticos e às capelinhas, também é um edifício com uma traça muito bonita, aliás aquela Rua, aquele pedaço, aquela segunda



fase daquela Rua está muito bonita, com edifícios que vão sendo recuperados e o edifício que dá não só para a Rua do Comércio mas também para a Rua da Cadeia, a Rua D. Duarte não é, lembro-me bem dos carros dos Bombeiros Voluntários a saírem da garagem que dava para as traseiras do edifício. Portanto é um edifício que merece uma intervenção e está a ser intervencionado, infelizmente depois nem todos os edifícios recuperados merecem uma atenção cuidada e eu chamo só aqui a atenção para um caso, que eu há poucas semanas comuniquei no Facebook, até coloquei lá umas imagens, comuniquei ao País como o Pedro, que é na Rua Augusto Hilário que é a Rua Senhora da Boa Morte, é um edifício do século XVI, um edifício lindíssimo, que tem umas janelas com noz, aqueles chamados noz Manuelinos não é, e que agora tem uma sementeira de caixas de ares condicionados no exterior, é um edifício que está belíssimo, muito bem recuperado e depois plantaram-lhe 3 caixas de ar condicionado do lado da Rua Augusto Hilário e uma do lado da Rua da Senhora da Boa Morte. Eu acho que aquilo é.., imaginem o que era na fachada da Sé colocarem lá umas caixas de ar condicionada, também não gostávamos, eu não sei sinceramente, não sei de quem é a responsabilidade, claro que a responsabilidade é de quem as colocou lá em primeiro lugar, mas penso que a Câmara Municipal, nós temos direito a indignarmo-nos, eu como cidadão Viseense, tenho o direito a indignar-me como todos vós, não sei quem é, nem sei de quem é aquilo, mas acho que em situações daquelas em que o Município durante todo este mandato, estes vários mandatos do Dr. Fernando Ruas, como já atrás, penso que no do Engenheiro Engrácia Carrilho também houve um cuidado relativamente a isso, no que dizia respeito a alumínio nas janelas, sinalética no exterior, etc., e agora vêm num edifício, que é talvez o edifício civil mais bonito do Centro Histórico, casa do Miradouro é lógico, como é que aquilo acontece, penso que aquilo devia ter uma intervenção da Câmara Municipal, porque de facto não se compreende. Obrigado.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Sr. Deputado Pedro Ruas que pediu a palavra para uma segunda intervenção.-----

-QUARENTA E QUATRO- SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PPD/PSD): É muito rápido Sr. Presidente, dispensar-me-ão os cumprimentos, era só para assinalar alguma incoerência no discurso do meu amigo Alexandre, no sentido de chamar à atenção que começou com uma moção relativamente à auto estrada de Viseu Coimbra onde não quis falar de responsabilidades do passado, os portugueses estão cansados disso, os portugueses querem os problemas resolvidos, querem as soluções. Pois bem, aqui na incubadora temos as soluções e agora já houve uma tentativa de capitalizar dizendo fomos nós. Alexandre, não é só no Partido Socialista que se pensa, no PSD temos pensado e muito e também temos acompanhado esta situação e também temos feito propostas, mas sacho que não faz sentido virmos para aqui dizer, foi o PSD ou foi o PS, o que interessa é que foi feito e é obra deste executivo. Muito obrigado. ---

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Deputado, não tenho mais nenhuma inscrição, não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer fazer mais algum comentário. Tem a palavra.-----

-QUARENTA E CINCO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito rapidamente, fazer alguns comentários em relação a esta última intervenção do Dr. Jorge Adolfo, dizer que a proprietária já foi notificada e corre o processo de retirada e portanto é aguardamos. Também estivemos atentos na Câmara. Depois, também dizer-lhe, o outro comentário, curiosamente este edifício da incubadora, não é dois em um, é três em um. Resolvemos o problema dos Bombeiros, resolvemos o problema da requalificação e agora vamos resolver o problema da incubadora. Três em um. Depois já agora para o jovem, Alexandre, não está? Está aí. Eu estou bem identificado com o Partido Socialista, eu não sei mesmo se não casei no Bloco Central, mas já agora a minha identificação vai a este ponto. Disse que são exemplos como este que ajudam Portugal a ultrapassar a crise. Para além de ser um projeto auto sustentável, é um grande exemplo, e como numa época de desemprego juvenil, existem estes projetos que garantem determinados postos de trabalho.



O exemplo como este deve ter o reconhecimento de todos os grupos parlamentares, e é isso que será explicado no Relatório Ciência que eu estou a redigir, afirmou a Deputada Socialista Elsa Pais, que, ainda por cima é do nosso Distrito. Esta era a posição que tinha em relação ao Pedro Nunes, e portanto só para dizer que também é possível, naturalmente que tomamos a decisão antes do jornal que é de agora, é de hoje. Há muito tempo que pedimos a adesão, portanto só para dizer que naquilo que está ao nosso alcance, quando é possível pensar e antecipar as coisas naturalmente que também o fazemos. Era só Sr. Presidente.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA. Muito Obrigado Sr. Presidente. Vamos agora passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, *aprovada por unanimidade.* Agora disse Sr. Presidente, era para dar um esclarecimento.-----

-QUARENTA E SEIS - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Era um esclarecimento à Senhora Deputada, nós temos três unidades de participação e já agora, também uma outra coisa, eu além dos carros dos Bombeiros a saírem pela Rua D. Duarte, lembro-me também dos bailes naquela sala.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA. Vamos passar ao ponto 13, que é apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “DESAFETAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO – PARCELA B – ANTIGO TROÇO DE CAMINHO PÚBLICO RIO DE LOBA”, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação. Está feita a apresentação. Pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados se pretende pronunciar? Não tenho nenhuma manifestação nesse sentido, vou passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, *aprovado com uma abstenção. Neste caso, 49 votos a favor e 1 abstenção.* -----

Vamos passar ao último ponto que foi incluído na Ordem de Trabalhos por solicitação do Bloco de Esquerda nos termos regimentais. Apreciação da proposta de Lei 104/XII (novo regime jurídico para as autarquias locais e estatuto das entidades intermunicipais). Portanto dou a palavra à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, para iniciar o debate, depois estenderei aos restantes grupos.-----

-QUARENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Considerem-se cumprimentados novamente, o meu antecessor camarada Carlos Vieira, apresentou na última Sessão desta Assembleia, uma moção sobre a democracia local, com base na apreciação da proposta de Lei 104/XII, que estabelece o regime jurídico para as autarquias locais. Aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. Por proposta da bancada do PSD, a moção foi retirada para ser discutida em reunião de líderes o que aconteceu no dia 1 de fevereiro, tendo ficado decidido que o assunto regressaria a plenário por agendamento do Bloco de Esquerda. Nesta conformidade, o meu camarada Carlos, requereu ao Sr. Presidente da Mesa o agendamento da apreciação e deliberação, repito e deliberação sobre a proposta de Lei 104/XII. O Senhor Presidente decidiu agendar apenas a apreciação inviabilizando assim a possibilidade desta Assembleia aprovar uma posição de fundo para remeter à Assembleia da República. Nestas circunstâncias que lamentamos, resta-nos expor a nossa posição sobre este assunto. A proposta de Lei 104/XII do Governo, vem propor um novo regime jurídico para os órgãos das Freguesias e dos Municípios e para as áreas metropolitanas, Comunidades Intermunicipais, no que tem já as competências dos órgãos dos Municípios e Freguesias, a referida proposta de Lei, não apresenta grandes inovações. O atual sistema de governo dos Municípios consagra a eleição direta da Câmara e Assembleia Municipal o que deveria ditar um maior equilíbrio na repartição de competências entre estes órgãos. Por outro lado, o art.º239 n.º1 da Constituição da República Portuguesa, é claro ao prever que as Autarquias Locais, compreendem na sua organização uma Assembleia eleita, dotada de poderes deliberativos e de um Órgão Executivo perante ela responsável. Aliás



Luís Fábio e Joana Colaço em anotação a este preceito, são muito críticos à solução atual e passo a citar “a eliminação do poder de destituição da Câmara às mãos do legislador ordinário veio consolidar esta posição constitucionalmente muito questionável no sentido da independência do executivo perante a Assembleia e a recondução desta ao limiar da irrelevância. Ora a proposta de Lei 104/XII faz o caminho inverso, ao eliminar a competência expressa das Assembleias Municipais e das Assembleias de Freguesia para aprovar moções de censura aos respetivos órgãos executivos, independentemente dos seus efeitos. E é este a nosso ver claro um mau caminho. Prevê ainda a proposta de Lei 104/XII novos poderes tributários propostos para as áreas metropolitanas Comunidade intermunicipais, que passam a dar obrigatoriamente parecer às Assembleias Municipais em matéria de fixação de taxas, imposto e exercícios de poderes tributários, condicionando o papel dos Membros das Assembleias Municipais, cuja legitimidade, resultante de eleição direta é assim condicionada. Ao propor este novo regime jurídico, a proposta de Lei, vem estabelecer um novo modelo de governação para as áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais cuja grande novidade é existência como órgão executivo de um conselho executivo remunerado e indiretamente eleito por um órgão eleitoral que se dissolve após a eleição. Já o órgão deliberativo passa a ser o conselho intermunicipal, composto exclusivamente pelos Presidentes de Câmara dos Municípios que integram a área metropolitana extinguindo-se por esta via as atuais assembleias metropolitanas intermunicipais. A extinção destas assembleias nos moldes propostos diminuirá a democraticidade do sistema de governo destas áreas por três razões fundamentais. Em primeiro porque considerando a igual legitimidade democrática das Câmaras Municipais e Assembleias Municipais, aliás resultantes de eleições distintas mas por regra simultâneas e com o mesmo universo eleitoral ativo as Assembleias Municipais ficaram arredadas de uma intervenção permanente através dos seus membros na governação destas áreas metropolitanas. Em segundo porque a atual representatividade das Assembleias designadamente no que concerne às diferenças populacionais entre Municípios, é totalmente abandonada, passando o conselho metropolitano enquanto exclusivo órgão deliberativo a assegurar uma igual representação de cada Município independentemente da respetiva população. Em terceiro porque a eleição da comissão executiva por um colégio eleitoral distinto do órgão deliberativo e fiscalizador diminui a responsabilidade política daquela. Acrescem ainda a estas três razões, outros aspetos importantes que atestam a diminuição da democraticidade do sistema do governo proposto para as áreas metropolitanas comunidades intermunicipais, como sejam a reserva de iniciativa para a apresentação de listas a não proporcionalidade da eleição das comissões executivas ou a regressão da proporcionalidade na definição do colégio eleitoral face à votação direta para as Assembleia Municipais eliminando assim o papel dos partidos de menor dimensão que é o caso do Bloco de Esquerda por exemplo. Todo este défice democrático proposto é tanto mais grave quanto maior é o leque de atribuições e competências das áreas metropolitanas, de resto um dos grandes objetivos da proposta de Lei 104/XII. Aliás neste campo especial cuidado merece a nova competência regulamentar com eficácia externa e os poderes tributários propostos para estas áreas. O aumento das atribuições e competências das áreas, exige sem dúvida uma maior legitimidade democrática dos seus órgãos, e um reforço do equilíbrio do papel das Assembleias Municipais relativamente ao papel das Câmaras Municipais. A proposta de Lei faz exatamente o contrário. É tempo de se ir pensando em dotar de eleições diretas alguns dos órgãos das áreas metropolitanas comunidades intermunicipais em nome do reforço da democracia local. Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a própria Associação Nacional de Municípios emitiu parecer desfavorável em relação a esta proposta de lei, que não serve a transparência que não serve a democracia local e que não serve à participação dos cidadãos. Também a Assembleia Municipal de Viseu se deve ocupar deste atentado ao poder local, repudiando as soluções contidas nesta proposta de Lei. Obrigado.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – Muito obrigado Senhora Deputada,



pergunto se mais alguém se pretende pronunciar? Sr. Deputado tem a palavra.-----
-QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Comunicação Social, meus Senhores e minhas Senhoras. O regime que teve início no 25 de abril, necessita de ser revisto para lhe ser introduzido mais governabilidade e mais credibilidade. Citei uma afirmação hoje proferida na TSF, onde num programa chamado “A Soma das Partes”, procurava dar contributos para a reforma do estado. A afirmação, foi proferida pelo Presidente da Câmara do Porto o Dr. Rui Rio. Não posso estar mais de acordo, é preciso mais governabilidade, é preciso mais governabilidade junto com e para os cidadãos, é preciso mais credibilidade de forma a que as pessoas entendam porque estão a ser governadas e da forma como estão a ser governadas. Eu acrescento, que é preciso mais transparência para que as pessoas saibam quem e como e o porque é que fazem aquilo que fazem. Vem isto a propósito desta proposta de Lei, agora apresentada a 104/XII que não é mais do que a continuação da machadada que começou a ser dada através da chamada o livro verde, que depois se veio a consubstanciar na Lei 22 de 2012 de 30 de maio, e concretizada com a Lei 11A de 2013 de 28 de janeiro onde de uma certa forma se aplicou até agora e como irei tentar explicar se calhar daqui por diante vai continuar, uma certa forma de ação à “Robim dos Bosques” ao contrário. “Robim dos Bosques” ao contrário. Tem-se afrontado e espoliado os mais pequenos e os mais enfraquecidos, porventura os mais pobres em favor dos mais fortes e dos mais ricos porque o poder assim o tem imposto. Começou-se com as Freguesias e foi exatamente as mais pequena que foram objeto desta machadada para não mexer nas Câmaras Municipais porque tinham de facto mais força e conseguiram ter mais resistência, portanto não era fácil mexer nesse poder local. As juntas de freguesia, sofreram esse impacto como todos sabemos, que veio consubstanciar-se nestas Leis. Agora vamos mais longe, agora continuamos estas depauperação autárquica, agora vamos às Câmaras Municipais, porventura as mais enfraquecidas no mesmo sistema de ir buscar aos mais pobres para dar aos mais ricos. Senão vejamos a Tutela que está a ser criada relativamente às Câmaras Municipais através da criação das CIM e das áreas urbanas. As CIM vão tutelar das principais competências das Câmaras Municipais na área tributária, na área de criação de taxas, na área de execução taxas, em tudo isso, passam a estar tuteladas pela CIM Dão Lafões se isto se vier a concretizar. Portanto, temos aqui uma continuidade daquilo que é a tentativa de acabar com um poder que o 25 de abril nos trouxe à custa dos autarcas deste País. Chegou até este ponto. Independentemente daquilo que o Dr. Rui Rio dizia e bem, têm que ser repensadas e reintroduzidas algumas destas componentes, mais governabilidade, mais credibilidade, eu acrescento-lhe mais transparência, a verdade é que se calhara há aqui uma série de componentes de que este Governo se está a esquecer e que se calhar não tem consciência completa nem concreta daquilo que está a fazer nem daquilo em que está a mexer. Porque não se fala de uma Lei eleitoral? Porque não se revê a Lei eleitoral para os órgãos das autarquias locais. Porque não se pensa na regionalização. Porque não se fala das finanças locais e depois sim atribuições novas, atribuições e competências às Autarquias locais ainda existentes. Reforço das competências das Autarquias locais. Então não era isso que era preciso? Então vamos continuar com Juntas de Freguesias, agora ditas reforçadas por esta reestruturação, por esta reforma do poder local. Então não era o reforço que é preciso das Autarquia locais, não era preciso dar-lhe mais atribuições e competências e fazer acompanhar isso do respetivo envelope financeiro. Não, ao contrário até, nesta proposta de Lei se prevê uma delegação legal de competências, cujo pacote financeiro se desconhece. E elas são muitas as competências. Aquela que me parece mais evidente, é que além das licenças de cães também agora as juntas de Freguesia vão passar a poder passar licenças de gatos. É relevante, relevante. Mas queria dizer mais, queria dizer que não são as Autarquias que têm culpa. A culpa maior daquilo que agora se apelida de ser o pretexto



para que isso aconteça. O Objeto é o cumprimento do acordo com a Troika. Eu queria lembrar aqui que em finais de 2011 e ainda sem Troika, o Sr. Presidente da Câmara e também Presidente Associação Nacional dos Municípios, poderá corrigir-me se for mentira, as Autarquias, tinham um saldo positivo na ordem salvo erro de 85 milhões de euros, portanto não é às Autarquias que cabe a maior fatia do problema Português. Portanto, não é criando novas Autarquias intermédias que se vai resolver este problema, isto que está aqui, esta proposta de Lei que está aqui, é no meu ponto de vista um embuste. Um embuste que se destina a maquilhar aquilo que são as atuais Autarquias Locais, as competências e atribuições das atuais Autarquias Locais para embrulhar aí, nessa maquilhagem aquilo que é um novo poder intermédio Autárquico. Um novo poder que só vai criar novos lugares, com novas despesas e com novos lugares dourados, é mesmo isso que eu lhe quero chamar, quando afinal os problemas deste País são resolvidos e bem, pelos poderes Autárquicos que agora existem. Quando se fala em poder de proximidade, em gestão de proximidade, em governação de proximidade, quem mais de proximidade consegue exercer que não as Juntas de Freguesia com a colaboração e a ajuda das Câmaras Municipais. Há de facto, do meu ponto de vista necessidade de definir concretamente atribuições e competências, para que as Freguesias deixem de ter dependências, até porque são eleitas autonomamente, para que deixem ter a dependência que até agora têm tido das Câmaras Municipais. Se calhar as Câmaras Municipais também não se opõem a isso, é preciso é que se legisle com conhecimento de causa, com conhecimento de propriedade sobre essa matéria, por forma a cada um saiba onde navega, as Juntas de Freguesia e os Municípios. Queria finalmente, ou quase finalmente deixar aqui um repto. Antes disso queria aqui dizer, que a prova de que este órgão, já foi aqui dito pela colega Deputada do Bloco de Esquerda, a forma pouco democrática como são encontrados os órgãos das CIM, como serão encontrados se esta Lei vier a ser uma concretização. Pouco democrática, pouco representativa, os poderes de fiscalização são negados a quem de facto tem interesses nas CIM. Já foi aqui tocado hoje pelo Sr. Presidente da Câmara e eu concordo absolutamente que se oponha a este tipo de representatividade, tanto poder de fiscalização tem um Concelho com um número de eleitores, eu vou dizer nomes porque não firo ninguém, como o de Penedono por exemplo, que tem menos eleitores que têm a grande parte das Freguesias de Viseu como tem Viseu, não pode ser. Tem que haver representatividade, como também, quem elege tem o direito de ser fiscalizador, e aqui não, quem elege dissolve-se e depois entra em vigor uma fiscalização, entra em ação uma fiscalização que não tem representatividade de nenhuma ordem proporcional aos eleitores que representa. Queria também referir, vou terminar Sr. Presidente, vou terminar dizendo que também gostaria de ouvir aqui se fosse possível e eu penso que é possível a opinião sobre estes assuntos, quer alguém que represente a ANAFRE, quer alguém que entenda que possa também representar, a Associação Nacional dos Municípios, e estou evidentemente a referir-me ao seu Presidente aqui presente. Finalmente queria aqui dizer que este projeto de Lei, no meu ponto de vista, e peço desculpa por aquilo que vou dizer, pode ser menos corretamente político, eu não gasto mais do que um minuto Sr. Presidente, só para terminar.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA – Senhor Deputado desculpe mas eu não posso, eu não lhe vou dar mais a palavra, o Senhor, já leva dois minutos acima dos dez minutos, eu acho que estou ser demasiado tolerante, e acho que já chega. Portanto, são dez minutos que têm para intervir e pode fazer uma segunda intervenção, já vai com treze minutos.-----

-QUARENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES ASCENSÃO (PS): Sr. Presidente, deixo desde já um pedido de segunda intervenção. Muito obrigado.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tem a palavra o Senhor Deputado José Alberto.-----

-CINQUENTA – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA



(PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. No dia 1 de novembro, estivemos aqui a pedido do Bloco de Esquerda para discutir as questões relacionadas com esta Lei. Havia na altura uma certa confusão, na medida em que se pensava que isto já era uma Lei, não, tratava-se apenas de uma proposta de Lei, portanto foi isso que foi clarificado aqui, a reunião foi muito rápida e aquilo que eu disse na altura, foi que de facto, tem havido uma preocupação pela Secretaria de Estado da Administração Local em discutir todas estas questões, lembro-me que no dia 28 de novembro em Coimbra, foi feita uma discussão em que esteve presente o Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado com o representante do INE, portanto onde estas questões e as questões da CIM foram discutidas e pareceu-me dessa mesma discussão que aquilo que andava a ser feito no fundo era a apresentação das Lei e a recolha de um conjunto de propostas para que a Lei fosse revista em Sede da Assembleia da República, e foram colocadas algumas questões nessa altura, relativamente à clarificação quanto à entrada da Lei, portanto no dia seguinte às Eleições Autárquicas, a clarificação das agregações das Freguesias, uma outra questão que não se compreendia que a Lei não incluísse a composição e a organização dos Órgãos Autárquicos, sabendo-se que haveria alguma indefinição nesta área, as atribuições Autárquicas, enfim, todo um conjunto de questões, e aquilo que me pareceu, foi que havia também da parte da Associação Nacional de Municípios, já um conjunto de questões portanto, que punha em causa alguns princípios que aqui estavam vertidos nesta proposta de Lei. Nesse sentido, aquilo que me parece acontecer neste momento é que estão em fase de análise, portanto, todas as propostas que foram feitas ao longo dos vários períodos de discussão, e eles foram feitos a nível de todo o País, e nesta altura, aquilo que me parece é que estarão a ser analisadas e fazendo com que haja uma nova redação e sejam incluídas algumas das questões nomeadamente aquela que tem a ver com o órgão que é eleito para eleger o Presidente da CIM e se extingue imediatamente a seguir, acabando com um problema que é extremamente polémico que são as Assembleias Intermunicipais. Portanto, há toda a legitimidade em estarmos preocupados com isto, mas também há toda a esperança em que desta discussão que foi feita a nível nacional, portanto haja o bom senso de fazer verter para a Lei todas essas alterações.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria.-----

-CINQUENTA E UM - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Hoje, parece que temos aqui um consenso. Da minha parte estou inteiramente com aquilo que foi aqui referido, e tenho também sérias dúvidas em relação a esta Lei. Mas começaria por referir que os consensos, também partem da discussão e gostaria de que também nestas áreas às vezes em termos nacionais houvesse também abertura para discussão de matérias, nomeadamente quando foi das Freguesias, porque quem introduz também nos diplomas e faz os acordos memorando, depois se assina, se propõe, se assina também depois tem que ter capacidade de discussão a seguir das questões e não fugir depois a essa discussão e concretamente que referiu aqui das Freguesias. Assim como também uma outra questão que eu acho que também está em cima da mesa que é, não haver mistificações e sermos corretos, tem a ver com a reforma do Estado, e quando se fala de reforma do Estado, acho que todos nós é consenso sobre a sua necessidade, o seu redimensionamento, há necessidade também de dizermos que Estado queremos, se queremos um Estado regulador ou um Estado moderador, ou se queremos também um Estado prestador, acho também que estamos todos acordo, um Estado supervisor, também definir muito bem quais as funções, se só queremos funções de soberania, penso que aqui, quase que é unanime de certeza que não queremos o tal Estado mínimo, queremos o tal Estado também que cuide do bem estar das populações, o tal Estado Social e também o Estado que seja promovedor do desenvolvimento. Acho que aí esses consensos existem depois temos que dizer qual é o Estado que queremos e aquele que



podemos, nós com os nossos recursos, com a nossa produtividade, também sustentar. O tal Estado sustentável. Mas, voltando aqui a esta questão e eu tenho muitas dúvidas em relação ao pior que pode acontecer nas Leis. E tenho dúvidas em relação ao resultado final que é este: Se há consenso que há algumas matérias que requerem uma gestão supra municipal, penso que aí há consenso, o pior que depois podemos fazer é arranjar um meio termo, ou seja, fugimos das Autarquias Regionais, e metemo-nos numa confusão que é, por razões de todos não quererem discutir a regionalização, e não admitirmos Autarquias Regionais com a sua legitimidade e representatividade própria, e órgãos próprios eventualmente, vamos para uma situação híbrida que é, temos proporcionalidade quando temos a constituição da Assembleia Intermunicipal, e aí há uma proporcionalidade de acordo com o número de eleitores, e depois esse colégio eleitoral, elege cum Conselho Executivo e a partir daí, acabou a proporcionalidade, e a partir daí, vamos para um órgão deliberativo conselho intermunicipal de Presidentes de Câmara, e uma coisa não bate com a outra, e depois põe-se o problema de darmos a esse Conselho Executivo, um conjunto de competências que em última instância podem chocar com as competências quer das Assembleias Municipais e fundamentalmente com as competências do Executivo, e podem chocar com a representatividade e com a legitimidade de órgãos eleitos, ou seja, depois vamos ter um Conselho Executivo, que é uma situação híbrida, legitimada mas por um processo muito dúbio, de legitimidade muito dúbio que depois vai originar um conjunto de decisões para que, terão ser “catadas” entre aspas por órgãos que são eleitos, e eleitos diretamente pelas populações. É uma situação que é tentar-se, um órgão executivo supramunicipal com uma legitimidade dúbio, porque não se quer enfrentar aquilo que é a necessidade de uma gestão supramunicipal aberta, com órgãos eleitos e legitimados. Então vamos para uma solução que era melhor manter a que tínhamos e quanto a isso, estamos, também aqui e falo a título individual. Há consenso. -----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Também o Senhor Deputado Diamantino Santos tinha pedido a palavra sobre esta matéria, ainda tenho depois um pedido para segundo uso da palavra por parte do Sr. Deputado.-----

-CINQUENTA E DOIS - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CORAÇÃO DE JESUS SR. DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, peço uma vez mais a dispensa dos cumprimentos. Portanto, esta matéria se me permite, direi umas breves palavras em duas qualidades, enquanto Autarca de Freguesia e também como Delegado Regional da ANAFRE. Em relação à Anafre, eu gostaria de dizer que, portanto a Associação Nacional de Freguesias tem um parecer no seu portal em que todos os associados têm de facto, portanto acesso, e eu gostaria só de deixar aqui de apetite para quem quiser realmente consultar, fazer aqui uma leitura muito breve do excerto, relativamente à matéria que em causa, em apreço, e que está em discussão. Diz a certa altura o documento: *“Este projeto de Lei introduz conceitos novos”* e as palavras não são minhas, *“sem os definir ou adensar, são neste caso a delegação legal de competências ou a diferenciação entre competências atribucionais e competências funcionais ou a intangibilidade das atribuições, sendo o leitor consultor como é o caso, obrigado a socorrer-se de presunções que não são o melhor caminho para uma interpretação coerente e universal.”* Em nosso entendimento isto quer dizer de facto o quê? Nós estamos aqui perante mais um emaranhado de teses e de teorias de carácter técnico jurídico que em relação ao Poder Local, pouco ou nada adiantam. Eu tenho esperança, enquanto Delegado Regional da Anafre, que, portanto esta discussão, não sei exatamente em que ponto é que ela está, leve em consideração muito séria aquilo que as duas referências do Poder Local têm a dizer sobre esta matéria. Refiro-me no caso concreto à Associação Nacional de Municípios e também à Associação Nacional de Freguesias. De facto também não podemos concordar enquanto Autarcas de Freguesia que não haja aqui subjacente à discussão questões que aqui hoje já foram levantadas como seja a Lei das Finanças Locais, não compreendemos muito bem porque é que a Lei Eleitoral Autárquica teve o recuo que teve,



e também uma questão aqui a definir e a clarificar muito claramente, porque dignificava o estatuto do eleito local, era sobretudo importante. Enquanto Autarca de Freguesia, espero bem, desejo mesmo que este projeto de Lei, não ponha em causa uma coisa que eu pessoalmente considero fundamental, uma boa articulação entre o Poder Municipal ou melhor, entre as Freguesias e os Municípios, e que no caso, digo-o com toda a plenitude porque acredito, no caso Viseu é disso de facto um bom exemplo. Muito obrigado.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Antes de passar a palavra depois ao Sr. Presidente da Câmara que também pediu para falar sobre o assunto, dou a palavra ao Senhor Alberto Ascensão para uma segunda intervenção, três minutos rigorosos. Fazia o favor.-----

-CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES ASCENSÃO (PS): Dispensó-me dos cumprimentos habituais para cumprir os três minutos, eu pouco mais teria a acrescentar, agora menos ainda tenho a acrescentar, porque, quer o Deputado Mota Faria, quer o Deputado Presidente da Junta de Coração de Jesus, Dr. Diamantino, não fizeram mais do que confirmar aquilo que dizia, que teria para dizer e reafirmar. Portanto, há aqui de facto algum consenso à volta disto. Queria só aqui dizer, fazer um pequeno comentário relativamente a uma questão que o Deputado Mota Faria levantou, e que, ou eu não percebi bem ou então não concordo de facto. Esse novo órgão que se pretende criar, não se prevê que seja um órgão de gestão supramunicipal, eu penso é que é com atribuições próprias em que encapotadamente acaba por ser um tutelador dos outros órgãos municipais, dos outros órgãos autárquicos e aí é que eu estou radicalmente contra. Radicalmente, não é tanto assim. Portanto, no fundo apetece-me dizer que este projeto de Lei, se calhar mereceria levar algumas referências, se calhar uma referência ao 25 de abril que ultimamente tem estado muito na onda, para que a pessoa aprendesse de facto aquela letra e conseguisse refletir sobre o que são os valores autênticos do autarquismo local nomeadamente das Freguesias e que aprendesse de facto o que é o esforço, o que é o trabalho do autarquismo em Portugal, para de uma vez por todas não fizesse má figura, e com essas referências se devolvesse ao promotor deste projeto de lei. Portanto, de facto, só queria reafirmar que este novo quadro de governação autárquica intermédia, me parece que tem pouco apoio ou nenhum no seio das Autarquias e dos Autarcas em exercício. Muito obrigado Sr. Presidente.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Sr. Deputado. O Sr. Presidente da Câmara também se quer pronunciar sobre a matéria, tem a palavra.-----

-CINQUENTA E QUATRO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Sr. Presidente. Também muito rapidamente queria dizer que é o Presidente da Câmara de Viseu que está a falar, por acaso tem nesta matéria a mesma posição que o Presidente da Associação Nacional de Municípios. Eu gostaria de situar esta questão porque não sei se estamos todos a falar da mesma coisa. Esta Lei, a Lei 104 é define o regime jurídico das autarquias e das comunidades intermunicipais. Eu queria dizer que a primeira questão que a minha Associação lhe encontrou, foi um problema de inutilidade e inoportunidade. Porquê? Como sabem a Lei 169/99 está praticamente estabilizada, não há grandes problemas em relação à mesma, e só tem sentido se por acaso se mexesse na Lei eleitoral, portanto não mexendo na Lei eleitoral achamos pouco sentido mexer nesta Lei do regime jurídico das Autarquias Locais. Depois também porque achamos que há aqui digamos, aquela clareza que se queria com esta Lei não foi conseguida, antes pelo contrário. Eu tenho para mim que os princípios que são descritos nesta Lei, são depois contrariados no seu articulado. Mas o que queria dizer fundamentalmente é, situar a discussão em quatro ou cinco situações. Uma primeira tem a ver com as atribuições das autarquias. Eu gostaria de vos dizer o seguinte, há muita gente a fazê-lo, não quer dizer que eu o constatasse aqui hoje, há uma clara diferença entre atribuições e competências, não são a mesma coisa. Cuidado, atribuições é uma coisa competências é outra, porque há muita gente a fazer essa confusão, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra. Em relação às atribuições, o que nós dizemos é que não possível criar uma atribuição de caráter genérico para as



Autarquias. Isto é, quando se diz, a cláusula fundamental diz assim: “As Autarquia têm como principal atribuição assegurar a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações”. Bem, se isso estiver assim, as Autarquias têm tudo, e ninguém pode ser analisado se tiver tudo. O que é que nós dizemos, tem que se criar um núcleo de atribuições para os municípios e das Juntas de Freguesia, não pode dizer a salvaguarda dos interesses dos cidadãos porque senão, também temos que criar um castelo para ataque militar? Não. Podemos fazer um quartel, um Palácio da justiça? Que também é do interesse dos cidadãos, também não podemos. Portanto o que tem que ser feito é um núcleo duro daquilo que são as atribuições, portanto nada de generalizações como aquela que está aqui. Portanto o que se deve dizer é: Os Municípios, neste caso dos Municípios, possivelmente quem representa as Freguesias terá a mesma opinião, são responsáveis por esta por aquela, por aquela e por aquela atribuição. E têm que ser responsabilizados por isso. Se ficar aqui desta forma difusa, naturalmente que eramos responsáveis por tudo. Depois também uma outra coisa que nós contestamos é que nas transferências, elas não podem ser, tal como estão ditas, porque senão eram possíveis todas as transferências. E nós queremos dizer quais são as transferências que são possíveis. Sobre as entidades intermunicipais, as suas atribuições e parece que foi aquilo que foi mais falado aqui, elas devem ser as mesmas que as Câmaras têm, nem mais nem menos, para quê? Para que as Câmaras livremente possam fazer subir para as entidades, às comunidades as competências que entender, e portanto as mesmas, não outra diferentes do que aquelas de que as Câmaras têm. Depois naturalmente que há aqui uma série de situações que não lembram a ninguém. Por exemplo, quando se diz que as comunidades têm que dar parecer sobre a fiscalidade das Câmaras, bem, isto é uma intromissão na autonomia, vejam lá, se isto fosse lido assim, aquilo que estivemos a fazer em relação à nossa fiscalidade, nomeadamente à diminuição neste caso da redução de taxas, tínhamos que perguntar à CIM, Podemos? Era o que faltava, isto não tem, por aqui, nada por onde se lhe pegue. Depois também dizer uma outra coisa, a delegação de competências. Nós só aceitamos delegações de competências não universais e que sejam contratualizadas e têm que ter a adesão voluntária, isto é que é contratualizar competências, se, aliás a Associação Nacional de Municípios tem uma longa experiência sobre isto. Lembram-se quando foram transferidos os transportes escolares para os Municípios. Bem, como não foi contratualizado, ficamos com tudo, depois como se mudou a escolaridade obrigatória, foi aumentando primeiro para os nove, depois para doze e os Municípios foram tendo esses encargos, porque receberam a competência sem ser contratualizada. Portanto, é preciso ter algum cuidado, por exemplo nós não achamos que seja possível manter esta cláusula geral para as comunidades, quando se diz, não era possível dizer as “comunidades devem salvaguardar os interesses dos cidadãos”, não é possível, alguém que não foi eleito, não pode ter esta salvaguarda dos interesses dos cidadãos e portanto nós divergimos também em relação a essa matéria, e depois, divergimos e de que maneira que o secretário, e os órgãos da assembleia não mandem nas Assembleia Municipais, era o que faltava. Uma assembleia intermunicipal e naturalmente quem tem poder executivo que naturalmente está nos executivos representados pelos Presidentes de Câmara, há-de estar no Executivo da CIM e há-de escolher naturalmente o Conselho Executivo, tem que ser assim. Imaginem se assim não fosse, o Conselho Executivo que não tivesse ligação com o Conselho Executivo de quem as constitui que são os Municípios, então, que capacidade de atuação é que queria, como é que podia ter. Imaginemos neste Conselho Executivo estavam gentes que não tinham nenhuma ligação com os Conselhos Executivos Municipais, qual era a capacidade que tinha? Eles diziam, vamos fazer isto? E nós, então façam. Portanto tem que ser alguém que lhe ceda e que leve do seu poder Executivo para ter poder Executivo. Eu queria dizer para terminar, e estou confiante no seguinte. Eu, na semana passada tive “n” reuniões, primeiro com todos os Partidos, com todos os Grupos Parlamentares, com a Senhora Presidente da Assembleia da República e portanto levámos naturalmente estas preocupações, achámos até, e ainda não tenho resposta para isso, que a melhor resposta



era, à semelhança do que aconteceu com a Lei 169/99, criar um grupo de trabalho que fosse representativo para digamos, ter uma redação que naturalmente fosse satisfatória para todas as pessoas. Isto é o que eu acho que se deve fazer, portanto já agora para terminar, andámos bem quando aqui nesta Câmara não quisemos fazer uma discussão para a qual não estávamos preparados. O Bloco de Esquerda na altura propôs a discussão e fui que disse, não vale apenas porque se é uma proposta de Lei, como é que estamos a discutir uma proposta que nem sequer se sabe que andamento é que tem. E, portanto fizemos bem em guardar para aqui esta discussão, e acho que a discussão deve ser esta, e a conclusão, devemos aguardar o trabalho da Assembleia da República, o que está em sede na Assembleia da República, os Partidos de uma forma geral mostraram-se todos sensíveis às propostas que lhe fizemos e vamos ver o que isto dá na prática, porque se assim não for, eu concordo sobre esta matéria, termos todos uma posição consensual que é de tal como está prevista, esta Lei não serve, e não ser os interesses do Poder Local.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Sr. Presidente. Gostava só para contribuir para a discussão, dar só uma informação, é que esta proposta de Lei, está já em discussão na Comissão, e a informação que eu tenho é que ela irá a votação final global na próxima semana. Portanto, o que significa que do ponto de vista, até do debate que aqui foi tido hoje, cada um dos partidos que interveio pode ainda fazer chegar algumas sugestões aos respetivos grupos parlamentares para a sede de discussão na especialidade que terá lugar.-----

-CINQUENTA E CINCO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Só acrescentar exatamente que esta discussão foi adiada, estava para ser salvo erro na segunda-feira passada, e foi adiada exatamente por estes motivos que o Sr. Presidente aqui referiu, portanto ainda dá tempo para os Partidos reunirem e naturalmente para fazermos chegar. Agora há uma coisa, que talvez até ache desnecessário, os Aporte que neste momento fizemos chegar aos Partidos que cada um representa tem pouca importância, porque todos os Partidos se mostraram favoráveis a esta alteração. Vamos ver o que é que isto depois dá, digamos nas votações finais.-----

-MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito bem. Não sei se mais alguém se quer pronunciar, no ponto, este foi um agendamento protestativo do Bloco de Esquerda, nos termos regimentais, portanto está concluído o debate do ponto 14.----- Não tenho nenhuma inscrição da parte do Público não é, e sendo assim resta-me agradecer a participação... Há! Ainda me falta uma coisa, falta a Sessão do 25 de abril, ainda não decidimos aonde é que ela irá ser, e não sei se haverá alguma proposta. Portanto há uma proposta no sentido de ser em Calde. Está aqui o Sr. Deputado a dizer que já foi, pelo menos de 98 até agora não. Mas pareceu-me uma boa proposta. Então fica assente que será em Calde com todo o gosto. Muito Obrigado, Está encerrada a Sessão. Obrigado pela participação.

O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às dezassete horas e trinta e quatro minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)